



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
PORTUGAL

Relatório e Contas 2001



Instituto Nacional de Estatística

(Aprovado por despacho de Sua Excelência o Ministro da Presidência).

Catálogo recomendada

RELATÓRIO E CONTAS. Lisboa, 1991-
Relatório e contas / ed. Instituto Nacional de Estatística
. - 1989- . - Lisboa : I.N.E., 1991- . - 30 cm
Anual
ISSN 0872-1610
ISBN 972-673-587-4

Director

Presidente do Conselho de Administração
Prof. Dr. Paulo Gomes

Editor

Instituto Nacional de Estatística
Av. António José de Almeida
1000-043 LISBOA
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 842 63 73

Impressão

INE - Secção de Artes Gráficas

Capa e Composição

António Cabral

Tiragem: 500 exemplares

Depósito legal n.º 79235/94

O INE na Internet
<http://www.ine.pt>

INDICE

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
INTRODUÇÃO	7
ACTIVIDADE ESTATÍSTICA	10
Cordenação e Planeamento	10
Estudos e Sínteses	11
Estatísticas da Agricultura e Pescas	12
Estatísticas da Indústria e Construção	12
Estatísticas dos Serviços	13
Estatísticas da População e do Ambiente	14
Estatísticas Socio-Económicas	14
Âmbito Regional	15
Difusão e Comercialização	15
Outros Projectos de Difusão	17
Internet	17
Projecto ALEA	18
Projecto BDEO - Biblioteca Digital de Estatísticas Oficiais	19
OUTRAS ACTIVIDADES	20
Cooperação Internacional	20
OS MEIOS DE PRODUÇÃO	22
Recursos Humanos	22
Infra-Estruturas Informacionais, Tecnológicas e de Comunicação	22
Recursos Financeiros	25
O Exercício Financeiro	25
BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	29
Balanço	30
Demonstração dos Resultados	32
MAPAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	33
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	37
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	41
PARECER DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO	67

Relatório e Contas
2001

RELATÓRIO DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO



Instituto Nacional de Estatística

INTRODUÇÃO

Este Relatório do Conselho de Administração do Instituto Nacional de Estatística que, nos termos dos seus Estatutos, acompanha a apresentação das Contas do exercício financeiro do ano 2001 tem por objectivos relevar os aspectos mais importantes da actividade desenvolvida pelo INE ao longo do último ano e analisar os aspectos essenciais da execução financeira explanada nas Contas e respectivos Anexos.

Relativamente à gestão económica e financeira, o exercício findo deve ser considerado um período muito positivo por duas principais ordens de razão: a primeira, pelo nível e adequação do investimento realizado e a segunda pelo resultado da execução orçamental que, sob vigilante e exigente controlo de gestão, permitiu uma muito equilibrada realização do Orçamento Privativo, tendo sido possível o encaixe de um congelamento de cerca de 698 milhares de contos sobre a dotação inicial do PIDDAC.

O resultado líquido do exercício apresenta-se negativo em cerca de 65.355 contos, sendo que a explicação detalhada deste resultado se encontra no anexo às demonstrações financeiras.

Em comparação com o ano anterior observa-se que os acréscimos, quer das despesas, quer dos recursos que as financiam foram da ordem de 25% em resultado, sobretudo, da incidência prevista dos dispêndios inerentes à realização das operações censitárias (Recenseamentos da População e da Habitação). A importância excepcional destas operações acarretou um continuado acréscimo de despesas, durante um período de cerca de quatro anos correspondente aos anos de preparação e realização dos Censos.

Muito embora o orçamento apresentado para este ano assegurasse a continuidade do normal desenvolvimento das actividades do Instituto, permanecem inadequações processuais e formais do financiamento da produção de estatísticas oficiais, as quais têm sido objecto de apreciação crítica e de formulação de recomendações pelo Conselho Superior de Estatística nos seus Relatórios de Avaliação do Sistema Estatístico Nacional.

Nos capítulos seguintes deste Relatório apresenta-se uma descrição sintética das principais actividades do Instituto, em 2001, nos domínios que concorrem para o cumprimento da sua missão, designadamente coordenação e planeamento, estudos e sínteses, produção, âmbito regional, difusão, cooperação internacional e infra-estruturas informacionais, tecnológicas e de comunicação. A apresentação pormenorizada dessas actividades far-se-á no Relatório de Actividades a apresentar ao Conselho Superior de Estatística que apreciará a forma como foi cumprido o Plano Anual sobre o qual emitiu, oportunamente, o seu parecer favorável.

No entanto, e no contexto deste Relatório do Conselho de Administração do Instituto Nacional de Estatística, não podemos deixar de salientar um conjunto de iniciativas que marcaram o ano de 2001, quer em resultado de novas exigências Comunitárias, quer no âmbito de actividades previstas, mas que ganharam expressão neste ano.

No quadro de novas necessidades estatísticas da União Europeia inscrevem-

se o *Plano de Acção da União Económica e Monetária e os Indicadores Estruturais*.

O Plano de Acção aprovado em 29 de Setembro de 2000 pelo ECOFIN acarreta um enorme impacto sobre o Sistema Estatístico Nacional e sobre a actividade do INE, em particular. Todas as operações estatísticas directamente relacionadas são consideradas de prioridade absoluta e envolvem as seguintes temáticas: Contas Nacionais Trimestrais, Estatísticas Trimestrais das Administrações Públicas, Estatísticas do Mercado de Trabalho, Indicadores de Curto Prazo e Estatísticas do Comércio Internacional. Uma vez que o objectivo a alcançar pelo INE é o do cumprimento de prazos muito exigentes - no sentido de que Portugal consiga convergir, no final de 2002, para o padrão correspondente à média dos três Estados Membros com melhor desempenho, tanto em termos de prazos como de qualidade da informação - foi entretanto realizado um trabalho de análise dos indicadores em termos de cobertura, prazos de disponibilidade, recursos necessários e principais acções a implementar.

O cumprimento daquelas metas implicou um conjunto sincronizado de iniciativas, já iniciadas em 2001 e associadas a:

- Simplificação das metodologias, nomeadamente das Contas Nacionais Trimestrais e do Comércio Internacional;
- Informatização dos processos e desenvolvimento de novas soluções informáticas para as estatísticas de base e índices do Comércio Internacional, Dormidas na Hotelaria e Painel Trimestral de Empresas;
- Reforço de recursos humanos nas áreas de Contas Nacionais Trimestrais, Indicadores de Curto Prazo e Estatísticas do Mercado de Trabalho.

Os Indicadores Estruturais – resultantes da decisão do Conselho Europeu de Lisboa (Março de 2000) – constituem o suporte de um relatório de síntese anual, elaborado pela Comissão. Neste contexto, a compilação dos indicadores compete ao EUROSTAT, cabendo aos Institutos Nacionais de Estatística a confirmação dos respectivos resultados até ao início de Janeiro de cada ano. O INE acompanha este processo através da participação nos Grupos de Trabalho do EUROSTAT e do Comité de Política Económica competindo-lhe o exercício de uma eficaz coordenação das diversas entidades nacionais que constituem fonte de informação nas áreas de abrangência dos 42 indicadores pré-definidos.

O ano de 2001 fica também marcado pela realização das operações censitárias da População e da Habitação que muito prestigiaram o INE pela forma como se desenvolveram, quer na perspectiva da logística que lhes esteve associada na fase de trabalho de campo - pessoas, meios e articulação inter-institucional, particularmente com as Autarquias Locais - quer nas fases subsequentes, culminando com a divulgação dos resultados preliminares no mês de Junho de 2001 e dos provisórios em Janeiro de 2002.

Culminando os desenvolvimentos iniciados em 1998 com a implementação de um conjunto de iniciativas tendentes ao reforço da infra-estrutura estatística

da área da Construção e Habitação - por solicitação da respectiva Secretaria de Estado e com o apoio técnico das Comissões de Coordenação Regional e financeiro dos Programas Operacionais Regionais – o INE procedeu, em 2001, à difusão de estatísticas, mensais e trimestrais sobre preços no mercado da habitação, nas vertentes: evolução dos custos de construção, nível dos valores de avaliação da habitação por metro quadrado, evolução dos preços de manutenção e reparação regular da habitação e nível do preço do crédito e dos valores do capital médio em dívida.

Este exercício de 2001 expressa também o compromisso do novo Conselho de Administração de potenciar o capital de prestígio que o Instituto detém na sociedade portuguesa procurando conciliar a missão do INE com o património de conhecimento dos trabalhadores e colaboradores do Instituto. Para o efeito, adoptou um modelo de estrutura orgânica que visa aprofundar o modelo de gestão orientado para a coordenação estratégica de subsistemas de informação, reforçar a função coordenação nas vertentes interna e externa, aprofundar o relacionamento com os órgãos de soberania e com a Administração Central com vista a aumentar a eficácia no cumprimento das obrigações do INE no quadro da produção estatística oficial de suporte à tomada de decisão e ao exercício da cidadania.

ACTIVIDADE ESTATÍSTICA

A actividade do INE em 2001 desenvolveu-se de acordo com o Plano de Actividades aprovado pelo Conselho Superior de Estatística e será descrita com detalhe no Relatório Anual que será submetido à aprovação do mesmo Conselho. Por isso nos limitaremos a referir aqui os aspectos mais relevantes da actividade do Instituto no exercício em apreço, a qual continuou a ser predominantemente condicionada pelas necessidades de harmonização da produção estatística e de redução dos prazos de disponibilização dos resultados, decorrentes principalmente, das necessidades das Instituições da União Europeia, designadamente do Banco Central, do Conselho e da Comissão.

Coordenação e Planeamento

No domínio da Coordenação técnica salientam-se:

- Concretização das actividades de gestão do Ficheiro de empresas, instituições sem fins lucrativos e administração pública e respectivos estabelecimentos, salientando-se:
 - Desenvolvimento de trabalhos para a construção das aplicações de actualização do FUE com informação disponibilizada pelas fontes administrativas;
 - Selecção de amostras para o Inquérito harmonizado às empresas e de preparação da informação para apropriação pelas Contas Nacionais.
- No domínio da gestão das nomenclaturas salientam-se:
 - Acompanhamento dos trabalhos de revisão da NACE-Rev.1 e da CPA/96 ao nível do EUROSTAT;
 - Realização de trabalhos preparatórios para a revisão da CAE-Rev.2 e CNBS;
 - Resposta a pedidos das Nações Unidas com vista ao estabelecimento dos principais aspectos metodológicos para a revisão da CITA-Rev.3 e da CPC-Versão 1.0.

No âmbito das actividades de Planeamento e Gestão da Qualidade destacam-se:

- Revisão e actualização do Programa Estatístico de Médio Prazo 1998 - 2002 e elaboração do Plano de Actividades do INE e das Entidades com Delegação de Competências do INE, para o ano 2002;
- Elaboração do Relatório de Actividades do INE e das Entidades com Delegação de Competências do INE, de 2000;

- Acompanhamento das actividades estatísticas incluídas no Plano de acção relativo às necessidades estatísticas da União Económica e Monetária;
- Coordenação do processo de validação de Indicadores estruturais sobre Portugal;
- Concretização do Plano de auditorias internas da qualidade ao processo da produção estatística, tendo sido realizadas 9 auditorias durante o ano 2001;
- Dinamização de um conjunto de oportunidades de melhoria decorrentes do plano de auditorias internas da qualidade de 2000;
- Implementação de um sistema interno de sugestões de melhoria;
- Início de concepção de um novo sistema de gestão documental para o INE;
- Início de concepção de um sistema de gestão ambiental, de acordo com as Normas ISO 14000;
- Participação em grupos de trabalho sobre qualidade ao nível do sistema estatístico europeu e apresentação de comunicações em diversas reuniões nacionais e internacionais.

Estudos e Sínteses

- Reformulação das contas de 1995 a 1998 (base 1995) das Contas Nacionais portuguesas, por se considerar que não estavam satisfatoriamente resolvidos os constrangimentos conceptuais e estatísticos verificados na implementação da metodologia de acordo com o novo sistema de contas nacionais e regionais na Comunidade (SEC 95);
- Disponibilização dos dados dos principais agregados das contas regionais no quadro da nova base e do SEC 95. Retomaram-se, contudo, os trabalhos sobre a mesma série para a necessária compatibilização com a revisão em curso das contas nacionais anuais;
- Produção e divulgação na publicação "Contas Económicas da Agricultura 2001" da nova série das CEA 1995-2000, base 1995, com retropolação até 1986; e das Contas Económicas da Agricultura Regionais, base 1995, para 1995-1999;
- Conclusão dos trabalhos inerentes à elaboração dos denominados "exercícios dos défices orçamentais excessivos", desenvolvidos em cooperação com o Ministério das Finanças e o Banco de Portugal;
- Continuação dos trabalhos de harmonização entre as contas não financeiras, elaboradas pelo INE, e as financeiras, elaboradas pelo Banco de Portugal, com vista à coerência final do Sistema de Contas e à maior aproximação à exaustividade;
- Continuação, em colaboração inter-departamental, dos trabalhos de desenvolvimento dos sistemas satélite na área do Ambiente e do projecto-

piloto de constituição de uma Matriz de Contabilidade Social.

No âmbito dos Estudos sobre a população, salientam-se:

- Estimativas intercensitárias de população residente segundo o sexo e por idades ano a ano, Portugal, NUTS II, 1991-2000, aferidas para os resultados definitivos dos Censos 1991, ajustados com o erro de cobertura e nos resultados preliminares dos Censos 2001, ajustados com o erro de cobertura. Cálculo de indicadores relativos ao crescimento natural, migratório e efectivo. Taxas de fecundidade e índice sintético de fecundidade. Tábuas de mortalidade;
- Elaboração de estudos sobre o envelhecimento demográfico, as formas de conjugalidade, com especial enfoque para as uniões de facto em Portugal, a exclusão social e a pobreza, as populações imigrantes em Portugal, os estudos satélites com base no Inquérito à Fecundidade e Família e Fecundidade, o caso particular da gravidez nas adolescentes, e a temática das questões do género.

Estatísticas da Agricultura e Pescas

- Concretização da difusão de todos os produtos previstos no âmbito do Recenseamento Geral da Agricultura, com a edição de 10 publicações em papel com os principais quadros de apuramento, uma publicação de análise de resultados e um CD-rom com os totalizadores dos Recenseamentos de 1989 e 1999;
- Conclusão dos trabalhos relativos à operacionalidade da Base de amostragem agrícola, resultante do RGA 99;
- Início dos trabalhos relativos à revisão metodológica e mudança do ano base para 2000 dos Indicadores de curto prazo na indústria;
- Realização do inquérito areolar para determinação da ocupação/utilização dos solos na Região do Ribatejo e Oeste em 2001, bem como o respectivo relatório de análise dos resultados deste projecto piloto para os anos de 1999, 2000 e 2001;
- Produção e divulgação de séries de preços e respectivos índices (mensais e anuais) de produtos agrícolas (output), de bens e serviços de consumo corrente na agricultura (input I) e bens e serviços de investimento na agricultura (input II);
- Conclusão da mudança de base para 1995 dos preços e índices de preços agrícolas (output e input I e II).

Estatísticas da Indústria e Construção

- Divulgação dos resultados dos Inquéritos às empresas harmonizados de 1999, da Indústria e Construção, execução da operação relativa ao ano de 2000 e preparação do lançamento dos inquéritos de 2001; tratamento e

disponibilização de informação não publicada, em resultado da procura crescente dos utilizadores;

- Produção e difusão dos indicadores quantitativos de conjuntura: Índice de produção industrial; Índices de volume de negócios, emprego e horas trabalhadas na indústria e Índice de preços da produção industrial. Desenvolveram-se, ao nível destes indicadores, os trabalhos relativos à mudança de base (2000), com a selecção de amostras e a recolha retrospectiva de dados. Os resultados dos indicadores de curto prazo na base 2000 serão divulgados no 1º semestre de 2002. Ainda a este nível foi desenvolvido o estudo metodológico para a implementação dos Índices de produção, emprego, remunerações e horas trabalhadas na Construção e Obras Públicas.

Estatísticas dos Serviços

- Divulgação dos resultados dos Inquéritos às empresas harmonizados de 1999, na área dos Serviços, execução da operação relativa ao ano de 2000 e preparação do lançamento dos inquéritos de 2001;
- Início da realização do Inquérito europeu à mobilidade de longa distância (2001/2002);
- Desenvolvimento de novas metodologias em operações estatísticas no comércio interno, nos transportes ferroviários, marítimos e aéreos e serviços prestados às Empresas;
- Produção e difusão do Índice de volume de negócios do comércio a retalho. Desenvolvimento dos trabalhos relativos à mudança de base (2000), com a selecção de amostras e a recolha retrospectiva de dados;
- Desenvolvimento do Índice de volume de negócios dos serviços (base 2000) e recolha de dados retrospectiva;
- Produção e disponibilização de resultados do Inquérito às actividades informáticas e conexas - 2000;
- Concepção e realização de trabalhos de preparação de inquéritos-piloto sobre serviços prestados às empresas (nomeadamente, arquitectura, engenharia e técnicas afins, contabilidade, auditoria e consultoria, selecção e colocação de pessoal);
- Produção de estimativas mensais de resultados antecipados globais do Comércio Internacional de 2000 e 2001;
- Produção de índices trimestrais (2000 e 2001) e anuais (2000) do Comércio Internacional, segundo a nomenclatura das Contas Nacionais e outras nomenclaturas de actividade económica;
- Desenvolvimento de nova metodologia de cálculo de Índices mensais de valor unitário do comércio internacional.

Estatísticas da População e do Ambiente

Neste ano decorreram as fases de execução no terreno dos Censos 2001 e foram disponibilizados os primeiros resultados. Salientam-se:

- Conclusão da recolha de dados;
- Divulgação pública dos resultados preliminares em 01.06.22;
- Divulgação dos primeiros resultados sobre a qualidade da cobertura, em 01.10.04;
- Conclusão dos apuramentos provisórios em Dezembro de 2001, o que permitiu a sua apresentação pública em 17 de Janeiro de 2002.

Desenvolvimento de actividades do projecto Base Geográfica de Referenciação de Informação (BGRI) que se centraram, maioritariamente, em 4 vertentes:

- apoio cartográfico à operação Censos 2001;
- constituição da versão da BGRI à data do momento censitário;
- difusão da BGRI;
- implementação da BGRI como componente espacial do Sistema de Informação das Operações Urbanísticas.

No que se refere às Estatísticas do Ambiente, salientam-se:

- Desenvolvimento de uma aplicação informática "SIGIM - Sistema Integrado de Gestão de Inquéritos aos Municípios" para suportar e integrar a informação recolhida nos seguintes projectos "Inquérito ao ambiente - caracterização do saneamento básico" e "Inquérito ao ambiente - financiamento do saneamento básico", realizados junto das Câmaras Municipais;
- Elaboração de um Manual metodológico de referência para execução do "Inquérito estatísticas das empresas - actividades de gestão e protecção do ambiente". O manual integra as especificações metodológicas de execução do inquérito e elementos técnicos adicionais que caracterizam as actividades das empresas na gestão e controlo da poluição.

Estatísticas Socio-Económicas

- Conclusão da recolha; tratamento da informação relativa ao "Inquérito (quinquenal) aos Orçamentos Familiares-2000";
- Aprofundamento do "Sistema de informação estatística sobre as famílias", com início de aplicação às componentes "Rendimento / Despesa / Condições de Vida", através da concepção de novas operações e substituição de outras;
- Implementação do questionário revisto do Inquérito ao Emprego, no sentido de corresponder a novas necessidades de informação, bem como de reduzir

a carga sobre os inquiridos; execução do módulo ad-hoc ao Inquérito ao Emprego - "Caracterização do horário e da duração de trabalho";

- Concepção e execução do "Inquérito à utilização de tecnologias de informação e comunicação, pelas famílias", em articulação com o Observatório das Ciências e das Tecnologias;
- Produção corrente, e melhoria dos correspondentes procedimentos, dos Índices de Preços ao Consumidor, nacional e harmonizado. Actualização anual do esquema de ponderações do IHPC. Preparação do processo de introdução do euro na recolha dos preços em 2002. Estudos de simulação do efeito euro em colaboração com o Banco de Portugal.

Âmbito Regional

- Elaboração e divulgação do Anuário Estatístico Regional, em todas as Direcções Regionais;
- Produção e difusão dos Boletins trimestrais de estatística numa base regional;
- No âmbito das relações transfronteiriças é de salientar a colaboração na publicação "Estatísticas das Regiões Fronteiriças da Extremadura, do Alentejo e da Região Centro", e a elaboração da publicação "Estatísticas Transfronteiriças Algarve-Andaluzia" em colaboração com o Instituto de Estatísticas de Andaluzia.

Difusão e Comercialização

No cumprimento da missão de apoio à Direcção do INE na definição e aplicação da política de difusão realizou as seguintes acções:

- Manutenção da difusão de informação à Comunicação Social, promovendo a utilização crescente do *site* do INE por parte dos jornalistas.
- Difusão de 273 notas à Comunicação Social (Destaque do INE) e a outros destinatários institucionais: média de 1,1 Destaques por dia útil.
- Satisfação de 692 pedidos de informação estatística por parte de jornalistas.
- Análise diária de Imprensa com um total de 2814 recortes disponibilizados na Intranet.
- Realização de Workshop para Jornalistas, Conferência de Imprensa relativa ao Censos 2001 e visita guiada às instalações onde decorreram os trabalhos de tratamento da informação censitária.
- Realização de uma acção de formação interna sobre Comunicação/Jornalismo, com o intuito de melhorar a qualidade dos Destaques do INE.

- Organização (logística) dos Seminários:
 - Apresentação dos Primeiros Resultados sobre Preços na Construção e Habitação;
 - Informação Estatística e Agricultura;
 - AML em Números;
 - Acesso à Informação Estatística;
 - Apresentação dos Resultados Preliminares dos Censos 2001.
- Apoio logístico a 175 reuniões nacionais.
- Organização e condução de visitas de estudo, num total de 2007 alunos de 31 escolas do ensino secundário.
- Acompanhamento da Campanha de Publicidade e de todo o material promocional dos Censos 2001.
- Acompanhamento e coordenação do Plano de Promoção do INE.
- Edição da INEWS - Newsletter promocional de distribuição trimestral aos utilizadores de informação estatística.
- Participação em acções promocionais na exposição "Internet World Portugal 2001" e na Feira do Livro do Porto (no âmbito do Porto Capital Europeia da Cultura 2001).
- Elaboração de material promocional de informação comunitária disponível no Datashop Lisboa.
- Elaboração e lançamento do Inquérito à Satisfação dos Utilizadores de Informação Estatística.
- Tratamento dos resultados do inquérito de opinião aos utilizadores da informação estatística do INE realizado pelo CSE no âmbito de uma avaliação do Estado do SEN.
- Satisfação de 60 pedidos de dados por parte de investigadores ao abrigo do Protocolo INE/MCT.
- Constituição e dinamização do Grupo de Trabalho das Bases de Dados de Difusão.
- Actualização e manutenção, na componente institucional e promocional, do INFOLINE.
- Manutenção das componentes de difusão da Intranet.
- Acompanhamento e coordenação do Plano de Publicações do INE.

- Coordenação e edição do Anuário Estatístico de Portugal 2000 e do Boletim Mensal de Estatística.
- Edição e impressão das Publicações do INE.
- Melhoramentos no parque gráfico com reforço de equipamentos de impressão digital.
- Participação nos trabalhos da Comissão Interministerial para a Sociedade de Informação.
- Participação em acções de Cooperação no âmbito do MEDSTAT - Projecto MED-IS - Sistema de Informação.

Outros Projectos de Difusão

Assumindo que a produção estatística só se justifica se for útil para a comunidade, a difusão da informação estatística tem constituído uma das actividades fundamentais do SEN. Desta forma, reforçaram-se as actividades de promoção e divulgação do que se produz, bem como o desenvolvimento da literacia estatística, com particular destaque junto das Escolas secundárias, Universidades, Autarquias e Comunicação Social.

Nos suportes de difusão, privilegiaram-se as novas tecnologias (Internet, CD-Rom's e outras) como formas alternativas de difusão sem descuidar as publicações em papel, aliás com procura estável.

Internet

O desenvolvimento da Internet levou à criação, em 1996, de um *site*, actualmente designado Infoline, cobrindo toda a actividade do INE e de outros órgãos do SEN. A sua crescente utilização pode ver-se pelos números seguintes, relativos ao site www.ine.pt:

	1999	2000	2001
Nº de visitas	161 637	308 161	445 415
Nº páginas consultadas	1 308 648	2 290 145	2 700 851

Na componente de acesso restrito verificou-se, nos últimos anos, uma evolução significativa do número de utilizadores, como se pode verificar no quadro abaixo:

	1999	2000	2001
Nº de utilizadores	1 203	1 735	7 356
Nº páginas consultadas	220 317	241 594	207 331

A redução do número de páginas consultadas em 2001, apesar do significativo aumento de utilizadores, são reflexo das alterações implementadas na navegabilidade do site.

O Infoline tem sido objecto de melhoramentos contínuos, com vista a torná-lo no principal meio de difusão da informação produzida, nomeadamente com a inclusão de mais informação e novas funcionalidades:

- Divulgação dos resultados preliminares e provisórios dos Censos 2001;
- Mudança de imagem e de plataforma tecnológica;
- Implementação, na página principal, de conteúdos acessíveis a cidadãos com necessidades especiais;
- Implementação de algumas regras de usabilidade;
- Desenvolvimento do perfil autarquias e intrastat.

Projecto ALEA

Durante o ano 2001 o projecto ALEA (Acção Local de Estatística Aplicada) foi objecto de grandes melhoramentos e viu consolidada a sua implementação como referência na promoção da literacia estatística junto do meio educativo.

Em particular destacam-se as seguintes actividades:

- Minicensos nas escolas básicas e secundárias;
- Edição nº 5 da Revista AleaZine;
- Edição do nº V dos Dossiers Didácticos: Censos 2001 - "Tu Também Contas!";
- Criação dos Jogos da Memória e da Glória Estatística;
- Criação de uma nova área - Os desafios do ALEA - contendo problemas do dia-a-dia (retirados de jornais, revistas, etc.). Em 2001 foram realizados os seguintes desafios: **Missão perigosa** (relacionada com a circulação de peões nas passadeiras); **Médicos procuram-se**; **As energias do século XXI**;
- Nova **CalcAlea** - a nova calculadora do ALEA, agora com a possibilidade de fazer gráficos (barras, linhas e histogramas) ainda com tradução para inglês e francês.
- Desenvolvimento do novo CD-ROM do ALEA, mais interactivo, para complementar a página do ALEA.

Além destas actividades, a equipa do ALEA esteve presente em várias apresentações do projecto, em escolas secundárias e diversos Encontros e Seminários.

Projecto BDE0 - Biblioteca Digital de Estatísticas Oficiais

Com este projecto pretende-se inventariar, catalogar e converter para suporte digital a informação estatística oficial nacional - que inclui não só a informação do INE mas também dos Órgãos Delegados do SEN - editada nos últimos 136 anos. Pretende-se disponibilizar on-line todo este manancial de informação ficando a mesma acessível a todos os utilizadores no Web site do INE. Durante o ano de 2001 realizou-se a digitalização de cerca de 750.000 páginas de informação publicada.

OUTRAS ACTIVIDADES

Apoio ao funcionamento do Conselho Superior de Estatística

Nos termos da Lei do Sistema Estatístico Nacional (SEN), o apoio técnico e administrativo ao funcionamento do Conselho Superior de Estatística (CSE) é assegurado pelo INE, que suporta a totalidade dos encargos financeiros inerentes. Foi, neste contexto, criado um serviço específico para acompanhamento das actividades do Conselho.

No decurso de 2001 realizou-se, no âmbito do funcionamento do CSE, um total de 88 reuniões, das quais 2 reuniões plenárias, 13 reuniões de secções permanentes e eventuais, 6 reuniões de secções regionais e 67 reuniões de grupos de trabalho, que mobilizaram cerca de 350 pessoas.

No contexto dos trabalhos realizados foram aprovadas diversas deliberações, decisões e recomendações, cobrindo as diferentes áreas de competência do Conselho, constantes do Relatório de Actividades do CSE de 2001.

O INE, na sua representação no CSE, assumiu a presidência de 1 das 6 secções permanentes do Conselho e de 1 das suas secções eventuais e assegurou a presidência de 1 grupo de trabalho, dos 9 que estiveram em actividade em 2001, embora esteja representado na quase totalidade dos grupos.

As cinco secções regionais do CSE em funcionamento foram coordenadas pelo Instituto.

Cooperação Internacional

Das actividades desenvolvidas no domínio da Cooperação Internacional, destacam-se:

- Coordenação das posições do INE, no âmbito da Presidência da UE e com os INE dos Estados membros (Networkgroup), sobre a legislação estatística comunitária em preparação no Conselho da União Europeia, designadamente as propostas de Regulamento relativas a "Estatísticas dos Resíduos", "EDICOM", "Fluxos de Swaps", "Estatísticas dos Transportes Ferroviários", "Estatísticas Estruturais das Empresas", "NUTS", "Contas Trimestrais Não Financeiras", entre outras;
- INE fez um total de 256 participações em reuniões internacionais, contra 240 no ano anterior;
- Realização de 89 acções de cooperação, das quais 48 com os Países Africanos de Língua Portuguesa;
- Participação do INE, no âmbito do Programa PHARE da Comissão Europeia, em quatro projectos-piloto, sendo dois deles na área das Estatísticas Agrícolas e os restantes nas áreas de Estatísticas das Pescas e de Estatísticas do Ambiente;

- Execução de acções no âmbito do Programa MEDSTAT da Comissão Europeia, nomeadamente no quadro do projecto MEDIS (Sistemas de Informação Estatística - componente de difusão);
- Execução de acções no quadro do Programa MERCOSUL da Comissão Europeia, designadamente com a realização de acções no âmbito das Classificações e Nomenclaturas, da Competitividade das Empresas e das Estatísticas dos Serviços.

OS MEIOS DE PRODUÇÃO

Recursos Humanos

As principais actividades do Departamento, em 2001, foram as seguintes:

- Gestão administrativa de Pessoal: remunerações, férias, assiduidade, cadastro e procedimentos relativos aos antigos funcionários públicos;
- Gestão dos contratos de seguro na área do pessoal;
- Gestão do controlo de efectivos e do orçamento de pessoal por unidade orgânica;
- Apoio jurídico, no âmbito da função pessoal;
- Participação nas negociações com a FETESE tendo em vista a conclusão de um instrumento de regulamentação colectiva de trabalho (acordo de Empresa);
- Recrutamento e Selecção, quer na vertente da mobilidade interna, quer externa (englobando também os entrevistadores locais);
- Liderança de um grupo de trabalho sobre a Avaliação do Desempenho, com a consequente apresentação à Direcção do respectivo Relatório e Proposta de novo processo de Avaliação;
- Desenvolvimento do processo de "Descrição de Funções";
- Desenvolvimento do plano de formação de médio prazo, aprovado pela Direcção na sequência das orientações emanadas do Grupo de Trabalho constituído para o efeito;
- Balanço Social - segundo os critérios definidos por lei, assim como a feitura de outros indicadores de gestão;
- Medicina do Trabalho e medicina curativa, com reforço da actuação da medicina do trabalho em resultado da contratação de mais um médico do trabalho.

Infra-estruturas Informacionais, Tecnológicas e de Comunicação

Durante o ano de 2001 prosseguiu-se o esforço de modernização e actualização da infra-estrutura tecnológica e aplicacional de modo a suportar as diferentes necessidades, quer na vertente de produção quer de difusão e estudos.

- Censos 2001

- Concepção e desenvolvimento do sistema para organização e controlo do trabalho de campo nos Censos 2001. Aplicação instalada em 450 equipamentos portáteis utilizando email para transferência de dados entre delegados concelhios, direcções regionais e a coordenação nacional no Gabinete dos Censos. Partindo da base de dados recolhida foi possível o apuramento de resultados preliminares três meses após o momento censitário;
- Desenvolvimento de módulos para reconhecimento de expressões de concelhos, países, cursos, actividades e profissões a partir dos resultados obtidos pela tecnologia de OCR/ICR;
- Desenvolvimento do sistema de gestão de processos para tratamento de correcções automáticas, *hot decks* e *cold decks* com posterior carregamento da base de dados com a informação provisória que permitiu o apuramento dos resultados provisórios dos Censos 2001 dez meses após o momento censitário, bem como da solução aplicacional para os apuramentos definitivos.

- Datawarehouse (DW)

- Foram integrados no DW, na área da actividade económica: o Painel Anual das Empresas de 1990 a 1998, os dados do Comércio Internacional desde 1988 e as imagens de difusão do Ficheiro de Empresas e Estabelecimentos desde 1996;
- Foram iniciados os carregamentos de dados das áreas das estatísticas das famílias e sociais (com a integração do projecto Inquérito ao Emprego desde 1997) e a área de demografia com a integração desde 1995 dos dados dos projectos: Nados-Vivos, Casamentos, Divórcios, Óbitos Gerais e Óbitos Perinatais;
- Foram anonimizados e carregados na base de dados de suporte à "extranet" para os investigadores os dados dos projectos integrados no DW e disponibilizada para testes a "extranet" para os investigadores, ao abrigo do Protocolo com o MCT;
- Foi feita a prototipagem da solução para a base de dados de suporte à difusão que inclui a definição, construção, refrescamento periódico e replicação para as Direcções Regionais dos dados agregados dos projectos da demografia, implementados numa base de dados multidimensional.

- Desenvolvimento de Soluções Aplicacionais

- Rentabilização da arquitectura de suporte aos projectos estatísticos agrícolas operacionalizados no Ministério da Agricultura, destacando-se os projectos: Base de Amostragem Agrícola - BAA99; Consulta da BAA99 via Internet, para o Ministério da Agricultura; Inquérito à Horticultura 2000, Inquéritos aos animais 2000 (Bovinos, Caprinos, Suínos e Ovinos) e Inquérito aos cereais 2000; Estado das Culturas e Previsão das Colheitas, Quadro da Produção

Vegetal e Base Agrária; Arranque e Plantações de Árvores de Fruto.

- Com base em tecnologia multidimensional, foram desenvolvidos cubos OLAP que permitiram aos utilizadores produzir os apuramentos do Inquérito à Horticultura 2000;
 - Definição de uma nova arquitectura de desenvolvimento aplicacional, baseada em 3 camadas: servidor de dados, aplicações e webserver (dados, negócio e apresentação). Sob esta arquitectura, efectuou-se a concepção e início do desenvolvimento dos projectos "Contratos e Subvenções Financeiras" e "PADE - Plano Anual de Deslocações ao Estrangeiro". Conclusão do desenvolvimento do "IPPI - Índice de Preços na Produção Industrial" e concepção, desenvolvimento e implantação dos projectos "IVNEC - Inquérito Mensal ao Comércio, Volume de Negócios e Emprego" e "IVNES - Inquérito Mensal ao Volume de Negócios e Emprego nos Serviços", numa perspectiva integrada entre os vários indicadores de conjuntura de curto prazo;
 - No âmbito do projecto "FCEE/FUE - Ficheiro de Unidades Estatísticas", foi concebida uma nova base de dados de suporte ao projecto, incorporando os novos conceitos de Unidade Legal, Unidade Local e Grupo de Empresas. Sobre esta base de dados foram desenvolvidos várias soluções aplicacionais de registo e consulta on-line;
 - No âmbito da introdução do EURO, foram finalizadas todas as alterações necessárias às aplicações informáticas, realçando-se, face à sua envergadura, o projecto estatístico "Comércio Internacional".
- Infra-estrutura Tecnológica
- Implementação de toda a infra-estrutura tecnológica de suporte ao processo de leitura óptica e correcções manuais dos questionários do Censos 2001, o qual por ser efectuado em instalações próprias obrigou à montagem de uma complexa infra-estrutura de rede, servidores e estações de trabalho, com um elevado nível de segurança;
 - Desenho de uma nova solução de rede para interligar os vários edifícios numa lógica de VPN (rede privada virtual) e consulta ao mercado para a sua implementação;
 - Instalação de novos dispositivos e software visando aumentar a segurança da rede interna;
 - Desenvolvimento de várias soluções de "middleware" para serem utilizadas em diferentes soluções aplicacionais;
 - Desenvolvimento e implementação de soluções para monitorização e controlo da infra-estrutura;
 - Reapetrechamento do parque informático - estações de trabalho e servidores
 - numa óptica de sistemas abertos;

Recursos Financeiros

Os ingressos financeiros que permitiram ao Instituto no ano 2001 o exercício da sua actividade, foram provenientes de duas origens, num total de 12 595 milhares de contos (mais 2 315 milhares do que no ano anterior), assim repartidas:

- **Orçamento do Estado**, a principal fonte de receitas, com o montante de 11 810 milhares de contos (94 %), formalizado através da dotação orçamental para despesas de funcionamento (3 093 milhares) e das verbas inscritas no PIDDAC - Programa de Investimentos e de Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (8 717 milhares)
- **Receitas Próprias**, a ocupar a segunda posição, com uma contribuição de 785 milhares de contos (6%), distribuídos por vendas e prestações de serviços (240 milhares), participações financeiras (416 milhares), recuperação de custos de reembolsos de viagens e outros (100 milhares) e proveitos e ganhos financeiros (29 milhares)

Importa referir que o aumento significativo dos ingressos financeiros está directamente relacionado com a actividade do INE em 2001, cujo principal Projecto responsável por esta variação foi a realização da grande operação estatística Censos 2001.

Sublinhe-se, ainda, o enorme rigor colocado no acompanhamento da execução financeira deste Projecto o que permitiu não só cumprir o inicialmente previsto, como também um congelamento sobre a dotação inicial de cerca de 485 milhares de contos.

O Exercício Financeiro

As contas do exercício que se completou em 31 de Dezembro de 2001, cujas demonstrações financeiras a seguir se apensam, evidenciam uma situação económica e financeira globalmente positiva, na continuidade, aliás, do que tem vindo a verificar-se no decurso dos últimos anos.

Cabe aqui uma referência para informar que o Instituto, no ano de 2000, reorganizou o seu sistema contabilístico, adaptando-o ao Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), em obediência ao estabelecido no diploma que o aprova - o Decreto-Lei nº 232/97, de 3 de Setembro, e às normas administrativas definidas na Portaria nº 116/99 (2ª série), de 10 de Fevereiro.

Nos anexos às demonstrações financeiras é feita referência detalhada à metodologia seguida e aos reflexos ao nível da situação financeira e patrimonial decorrentes da adopção do POCP, sublinhando-se, contudo, que a informação é comparável com a dos exercícios anteriores.

No que concerne à gestão económica e financeira, o exercício findo deve ser também considerado um período muito positivo, por duas principais ordens

de razão, a saber: a primeira, pelo nível e adequação do investimento realizado e a segunda pelo resultado da execução orçamental que, sob vigilante e apertado controlo de gestão, permitiu uma muito equilibrada realização do Orçamento Privativo, tendo sido possível o encaixe de um congelamento de cerca de 698 milhares de contos sobre a dotação inicial do PIDDAC.

O resultado líquido do exercício apresenta-se negativo em cerca 65.355 contos, sendo que a explicação detalhada deste resultado se encontra no anexo às demonstrações financeiras.

Afigura-se de interesse sintetizar os valores, para o período dos últimos 6 anos, das principais fontes de financiamento do Instituto (valores em milhares de contos):

Orçamento do Estado - O F

1996	1997	1998	1999	2000	2001
1 543	1 739	1 712	2 774	2 877	3 093

Orçamento do Estado - PIDDAC

1996	1997	1998	1999	2000	2001
1 744	1 737	2 364	2 454	5 612	8 717

Receitas Próprias

1996	1997	1998	1999	2000	2001
837	775	1 537	1 178	1 684	785

Investimentos

No período em análise, as despesas de investimento realizadas e contabilizadas elevaram-se a 888 milhares de contos.

Do programa de investimentos, merece destaque o esforço financeiro despendido em duas importantes áreas, a saber: a dos sistemas e tecnologias de informação, onde foi materializado em equipamentos, programação e licenciamentos o valor de 715 milhares de contos (80%), e a área dos edifícios e construções, com um valor de realização de 85 milhares de contos (10%), sendo aqui de destacar a aquisição e adaptação de novos espaços no edifício onde estão instalados os Serviços da Direcção Regional do Norte (30 milhares) e as benfeitorias levadas a cabo nos edifícios centrais - sede e dependências (55 milhares).

As restantes despesas de investimento distribuem-se pelas rubricas de equipamento básico e de transporte (15 milhares) e de equipamento administrativo (73 milhares).

Balanço e situação patrimonial

A estrutura do balanço, à data de 31 de Dezembro de 2001, mantém-se próxima da verificada nos anos anteriores, continuando o activo fixo a ter um peso preponderante, com cerca de 86% do activo total. Do cotejo das principais rubricas do balanço do ano em análise com o do ano imediatamente anterior, sobressaem as seguintes principais variações.

Do lado do activo, a rubrica acréscimos de proveitos evidencia uma variação, com uma redução no exercício de cerca de 222 milhares de contos, reflexo da significativa diminuição de proveitos provenientes de participações financeiras oriundas da Comissão Europeia e do EUROSTAT, sendo de sublinhar, contudo, que no ano anterior foi contabilizado um contrato de cerca de 600 milhares de contos para financiar parte dos custos, referente ao RGA 1999, cujo recebimento por tranches ainda está a decorrer. O montante não é comparável com o presente exercício.

A rubrica de clientes c/c, também, evidencia uma diminuição significativa de cerca de 323 milhares de contos, que concorrem para a diminuição das receitas próprias e resultam do facto de no exercício de 2000 se terem efectuado contratos de prestação de serviços, pontuais, referente a Inquéritos à Mobilidade.

O agrupamento de imobilizações corpóreas regista também uma variação significativa, mas de sinal positivo, de cerca de 256 milhares de contos, cujos desenvolvimentos constam de nota específica dos anexos às demonstrações financeiras.

No segundo membro do balanço, o capital próprio, que agora na terminologia do POC Público se designa por fundos próprios, evidencia uma diminuição de 659 milhares de contos e observa-se, ainda, o reforço da provisão para riscos e encargos, no valor de 255 milhares de contos. Estes factos de expressão bastante significativa encontram-se devidamente explicados no Anexo às Demonstrações Financeiras nas notas 8.2.3 (di), 8.2.31 e 8.2.32..

Nas rubricas referentes a Dividas a Terceiros assiste-se, também, a uma redução de cerca de 171 milhares de contos, motivada pela tentativa de dar uma execução integral às dotações oriundas do Orçamento do Estado não penalizando, desta forma, os Orçamentos Privativos futuros.

Ao nível do agrupamento de acréscimos e diferimentos, no passivo, de realçar o aumento do saldo da conta proveitos diferidos, no valor de 348 milhares de contos, resultante do aumento líquido dos subsídios para investimento.

A rubrica acréscimos de custos evidencia, por seu lado, um crescimento de cerca de 88 milhares de contos, que é devido principalmente à actualização dos encargos com férias e subsídios de férias vencidos à data do balanço.

Custos e Proveitos

Os custos do exercício de 2001, suportados para assegurar o desenvolvimento das actividades do Instituto, com os detalhes constantes da demonstração de resultados, totalizaram 12 883 milhares de contos (contra 10 309 milhares em 2000).

Ao nível da estrutura dos custos observaram-se alterações de elevado significado comparativamente ao registado nos exercícios transactos. Assim, o principal agrupamento, ou seja, o dos custos com o pessoal, passou de uma posição de 47% para 42%, registando, assim, uma redução de 5 pontos percentuais, o segundo agrupamento, fornecimentos e serviços externos, registou uma variação inversa passando no exercício de 47% para 51%. Por sua vez a rubrica amortizações e provisões do exercício manteve-se estável com uma quota de 5 pontos percentuais.

Os proveitos, no total de 12 818 milhares de contos, registaram variações positivas bastante significativas comparativamente ao ano precedente, no total de cerca de 2 508 milhares de contos, o que representa um crescimento de 24%.

A rubrica transferências e subsídios correntes obtidos foi a que registou maior variação, com um crescimento de 2 780 milhares de contos (mais 31%). Para o crescimento desta rubrica contribuiu sobretudo o Estado, através das dotações do Orçamento de Funcionamento, com mais 216 milhares de contos, e das dotações do PIDDAC, com mais 3 105 milhares. Ao invés, as participações financeiras provenientes do EUROSTAT e de outras entidades, ficaram aquém das registadas no ano transacto em cerca de 541 milhares de contos.

As vendas e prestações de serviços contabilizadas no exercício, no valor de 240 milhares de contos, conheceram uma evolução negativa, decorrente de factos já anteriormente referidos na análise ao Balanço.

As rubricas proveitos e ganhos financeiros e proveitos e ganhos extraordinários mantiveram variações igualmente positivas.

Proposta de aplicação dos resultados

O resultado líquido apurado no exercício foi de ESC: (65.354.846\$00).
Propõe-se a afectação deste resultado à conta Resultados transitados.

Lisboa, 9 de Maio de 2002
O Conselho de Administração:

Paulo Jorge Mota de Pinho Gomes
Presidente

Armindo Manuel da Silva Carvalho
Vogal

Carlos Fernando Barradas Alves
Vogal

Relatório e Contas 2001

BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS



Instituto Nacional de Estatística

BALANÇO

(Valores em escudos)

Codigo das Contas POCP		Exercícios			
		2001			2000
		AB	AP	AL	AL
	ACTIVO				
	Imobilizado:				
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	3 068 086 325	0	3 068 086 325	3 068 086 325
422	Edifícios e outras construções	2 319 067 370	516 811 198	1 802 256 172	1 527 735 332
423	Equipamento básico	256 320 330	163 889 445	92 430 885	119 988 539
424	Equipamento de transporte	97 437 030	54 454 504	42 982 526	59 293 553
425	Ferramentas e utensílios	15 286 050	10 187 228	5 098 823	3 068 198
426	Equipamento administrativo	527 283 066	352 020 351	175 262 715	143 840 212
428	Equipamento de informática	4 420 800 922	3 216 207 491	1 204 593 431	982 709 323
429	Outras imobilizações corpóreas	60 125 801	7 626 548	52 499 253	52 974 771
44	Imobilizações em curso	135 864 314	0	135 864 314	366 660 270
		10 900 271 208	4 321 196 765	6 579 074 442	6 324 356 522
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsid. e de consumo	23 768 614	0	23 768 614	22 378 123
33	Produtos acabados e intermédios	277 134 993	195 483 439	81 651 554	68 038 260
		300 903 607	195 483 439	105 420 168	90 416 383
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
211	Clientes, c/c	69 715 138	2 402 475	67 312 664	389 694 397
229	Adiantamento a fornecedores	577 350	0	577 350	230 940
262+268	Outros devedores	265 841 985	0	265 841 985	242 410 296
		336 134 473	2 402 475	333 731 998	632 335 633
	Depósitos bancários e caixa:				
12+13	Depósitos em instituições financeiras	82 371 941		82 371 941	2 417 517
11	Caixa	1 315 000		1 315 000	1 385 000
		83 686 941		83 686 941	3 802 517
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	513 519 006		513 519 006	736 245 269
272	Custos diferidos	51 254 586		51 254 586	33 071 176
		564 773 592		564 773 592	769 316 445
	<i>Total de amortizações</i>		4 321 196 765		
	<i>Total de provisões</i>		197 885 914		
	Total do activo	12 185 769 821	4 519 082 679	7 666 687 142	7 820 227 499

O Director Financeiro e Administrativo,
Paulo Jorge da Conceição Henriques

BALANÇO

(Valores em escudos)

Codigo das Contas POCP		Exercícios	
		2001	2000
	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		
	Fundos próprios:		
51	Património	4 164 576 296	4 164 576 296
59	Resultados transitados	- 1 023 671 484	- 431 311 758
	Subtotal	3 140 904 812	3 733 264 538
88	Resultado líquido do exercício	- 65 354 846	1 233 923
	Total dos fundos próprios	3 075 549 967	3 734 498 461
	Passivo:		
	Provisões para riscos e encargos		
2921	Provisões para impostos	726 017 739	470 828 314
		726 017 739	470 828 314
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	14 445 446	28 825 677
		14 445 446	28 825 677
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
221	Fornecedores, c/c	26 833 409	140 939 889
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	12 392 653	39 478 573
24	Estado e outros entes públicos	119 902 396	123 927 770
262+268+267	Outros credores	22 429 315	48 535 376
		181 557 773	352 881 608
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	693 494 250	605 246 671
274	Proveitos diferidos	2 975 621 967	2 627 946 768
		3 669 116 217	3 233 193 439
	Total do passivo	4 591 137 175	4 085 729 038
	Total dos fundos próprios e do passivo	7 666 687 142	7 820 227 499

O Conselho de Administração,
Paulo Jorge Mota de Pinho Gomes
Armindo Manuel da Silva Carvalho
Carlos Fernando Barradas Alves

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

(Valores em escudos)

Código das Contas POCP		Exercícios			
		2001		2000	
	CUSTOS E PERDAS				
61	Custo merc. vendidas e das mat. consumidas:				
	Matérias		59 112 962		51 802 607
62	Fornecimentos e serviços externos		6 631 014 259		4 808 529 449
641+642	Custos com o pessoal:				
	Remunerações	4 364 479 764		3 602 441 138	
	Encargos sociais :				
644	Prémios para pensões	40 557 059		310 360 090	
645/8	Outros	1 012 209 748	5 417 246 571	902 380 621	4 815 181 849
66	Amortizações do exercício	621 215 427		507 330 150	
67	Provisões do exercício	104 634 219	725 849 646	107 001 165	614 331 315
65	Outros custos e perdas operacionais (A)		2 577 477		3 224 931
			12 835 800 914		10 293 070 152
68	Custos e perdas financeiras:		3 720 991		5 051 794
	(C)		12 839 521 906		10 298 121 945
69	Custos e perdas extraordinários		43 854 649		10 758 928
	(E)		12 883 376 555		10 308 880 873
88	Resultado líquido do exercício		- 65 354 846		1 233 923
			12 818 021 709		10 310 114 796

(Valores em escudos)

Código das Contas POCP		Exercícios			
		2001		2000	
	PROVEITOS E GANHOS				
71	Vendas e prestações de serviços:				
	Vendas de produtos	46 159 181		45 372 391	
	Prestações de serviços	193 295 410	239 454 591	645 519 974	690 892 365
72	Impostos, taxas e outros		2 548 016		3 497 620
	Variação da produção		51 879 384		46 459 913
73	Proveitos suplementares		97 447 090		122 918 046
742/3/9	Transferências e subsídios correntes obtidos		11 696 547 981		8 916 882 424
	(B)		12 087 877 061		9 780 650 368
78	Proveitos e ganhos financeiros		29 356 587		19 096 194
	(D)		12 117 233 649		9 799 746 562
79	Proveitos e ganhos extraordinários		700 788 061		510 368 234
	(F)		12 818 021 709		10 310 114 796
	Resumo:				
	Resultados operacionais: (B)-(A)=		- 747 923 853		- 512 419 784
	Resultados financeiros: (D)-(C-A)=		25 635 596		14 044 401
	Resultados correntes: (D)-(C)=		- 722 288 257		- 498 375 383
	Resultado líquido do exercício: (F)-(E)=		- 65 354 846		1 233 923

Relatório e Contas 2001

MAPAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL



Instituto Nacional de Estatística

CONTROLE ORÇAMENTAL - DESPESA

(Valores em escudos)

Classificação económica		Dotações corrigidas	Cativos ou congelados	Compromissos assumidos	Despesas pagas			Diferenças			Grau de execução orçamental das despesas (12)-(8)+(3)+(100)
Código	Descrição				Ano (6)	Anos Anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	Dotação não comprometida (9)=(4)-(5)	Saldo (10)=(3)-(4)+(8)	Compromissos por pagar (11)=(5)-(8)	
Desp. Func. Normal											
01.01.	Remun. certas permanentes	3 435 979 000	0	3 432 511 990	2 982 692 990	449 819 000	3 432 511 990	3 467 010	3 467 010	0	99,9%
01.02.	Ab. variáveis eventuais	186 400 000	0	181 144 940	173 059 130	8 085 810	181 144 940	5 255 061	5 255 061	0	97,2%
01.03.	Segurança social	895 230 000	0	886 890 601	801 059 601	85 831 000	886 890 601	8 339 399	8 339 399	0	99,1%
	Total Desp. Func. Normal	4 517 609 000	0	4 500 547 531	3 956 811 721	543 735 810	4 500 547 531	17 061 470	17 061 470	0	99,6%
Desp. Investimentos Plano											
02.	METIE	20 100 000	0	20 100 000	20 100 000	0	20 100 000	0	0	0	100,0%
07.	Aq. bens serviços correntes	440 100 000	0	440 100 000	432 788 845	7 311 155	440 100 000	0	0	0	100,0%
	Subtotal 01	460 200 000	0	460 200 000	452 888 845	7 311 155	460 200 000	0	0	0	100,0%
02.	IOF	9 900 000	0	9 900 000	9 900 000	0	9 900 000	0	0	0	100,0%
	Aq. bens serviços correntes	9 900 000	0	9 900 000	9 900 000	0	9 900 000	0	0	0	100,0%
	Subtotal 02	9 900 000	0	9 900 000	9 900 000	0	9 900 000	0	0	0	100,0%
01.	METAINFORMAÇÃO	90 900 000	0	90 900 000	76 764 000	14 136 000	90 900 000	0	0	0	100,0%
02.	Desp com o pessoal	20 400 000	0	20 400 000	20 400 000	0	20 400 000	0	0	0	100,0%
07.	Aq. bens serviços correntes	30 000 000	0	30 000 000	23 607 773	6 392 227	30 000 000	0	0	0	100,0%
	Aq. bens capital	141 300 000	0	141 300 000	120 771 773	20 528 227	141 300 000	0	0	0	100,0%
	Subtotal 03	141 300 000	0	141 300 000	120 771 773	20 528 227	141 300 000	0	0	0	100,0%
02.	ACT. AMOSTRA-MAE	9 900 000	0	9 900 000	9 900 000	0	9 900 000	0	0	0	100,0%
	Aq. bens serviços correntes	9 900 000	0	9 900 000	9 900 000	0	9 900 000	0	0	0	100,0%
	Subtotal 04	9 900 000	0	9 900 000	9 900 000	0	9 900 000	0	0	0	100,0%
02.	COOPERAÇÃO	59 700 000	0	59 700 000	59 700 000	0	59 700 000	0	0	0	100,0%
	Aq. bens serviços correntes	59 700 000	0	59 700 000	59 700 000	0	59 700 000	0	0	0	100,0%
	Subtotal 05	59 700 000	0	59 700 000	59 700 000	0	59 700 000	0	0	0	100,0%
01.	DES. S. INF. EC. SOCIAL	215 441 910	0	215 441 910	196 976 910	18 465 000	215 441 910	0	0	0	100,0%
02.	Desp com o pessoal	1 777 958 090	75 260 000	1 686 417 837	1 657 330 670	29 087 167	1 686 417 837	16 280 253	16 280 253	0	94,9%
07.	Aq. bens serviços correntes	99 400 000	0	96 200 000	96 200 000	0	96 200 000	3 200 000	3 200 000	0	96,8%
	Aq. bens capital	2 092 800 000	75 260 000	1 998 059 747	1 950 507 580	47 552 167	1 998 059 747	19 480 253	19 480 253	0	95,5%
	Subtotal 06	2 092 800 000	75 260 000	1 998 059 747	1 950 507 580	47 552 167	1 998 059 747	19 480 253	19 480 253	0	95,5%
02.	AMPL. ED. SEDE INE	76 200 000	0	76 200 000	76 200 000	0	76 200 000	0	0	0	100,0%
07.	Aq. bens serviços correntes	297 800 000	137 800 000	92 450 338	83 378 712	9 071 626	92 450 338	67 549 662	67 549 662	0	31,0%
	Aq. bens capital	374 000 000	137 800 000	168 650 338	159 578 712	9 071 626	168 650 338	67 549 662	67 549 662	0	45,1%
	Subtotal 07	374 000 000	137 800 000	168 650 338	159 578 712	9 071 626	168 650 338	67 549 662	67 549 662	0	45,1%
02.	RGIA 1999	40 200 000	0	40 200 000	40 200 000	0	40 200 000	0	0	0	100,0%
	Aq. bens serviços correntes	40 200 000	0	40 200 000	40 200 000	0	40 200 000	0	0	0	100,0%
	Subtotal 08	40 200 000	0	40 200 000	40 200 000	0	40 200 000	0	0	0	100,0%
02.	INST. D. R. ALGARVE	20 400 000	0	20 400 000	20 400 000	0	20 400 000	0	0	0	100,0%
07.	Aq. bens serviços correntes	10 200 000	0	10 200 000	10 200 000	0	10 200 000	0	0	0	100,0%
	Aq. bens capital	30 600 000	0	30 600 000	30 600 000	0	30 600 000	0	0	0	100,0%
	Subtotal 09	30 600 000	0	30 600 000	30 600 000	0	30 600 000	0	0	0	100,0%
01.	CONTAS NAC.-NOVO SEC	60 000 000	0	60 000 000	51 224 000	8 776 000	60 000 000	0	0	0	100,0%
02.	Desp com o pessoal	20 100 000	0	20 100 000	20 100 000	0	20 100 000	0	0	0	100,0%
07.	Aq. bens serviços correntes	9 900 000	0	9 900 000	9 900 000	0	9 900 000	0	0	0	100,0%
	Aq. bens capital	90 000 000	0	90 000 000	81 224 000	8 776 000	90 000 000	0	0	0	100,0%
	Subtotal 10	90 000 000	0	90 000 000	81 224 000	8 776 000	90 000 000	0	0	0	100,0%
01.	CENSOS 2001	543 393 000	71 500 000	471 893 000	471 893 000	14 880 000	471 893 000	0	0	0	86,8%
02.	Desp com o pessoal	5 242 607 000	345 550 000	4 897 057 000	4 735 456 098	161 600 902	4 897 057 000	0	0	0	93,4%
07.	Aq. bens serviços correntes	324 202 517	67 690 000	256 512 517	241 185 475	15 327 042	256 512 517	0	0	0	79,1%
	Aq. bens capital	6 110 202 517	484 740 000	5 625 462 517	5 433 462 517	191 807 944	5 625 462 517	0	0	0	92,1%
	Subtotal 11	6 110 202 517	484 740 000	5 625 462 517	5 433 462 517	191 807 944	5 625 462 517	0	0	0	92,1%
	Total Desp. Invest. Plano	9 418 802 517	697 800 000	8 633 972 602	8 348 925 483	285 047 119	8 633 972 602	87 029 915	87 029 915	0	91,7%
	Total	13 936 411 517	697 800 000	13 134 520 133	12 305 737 203	828 782 929	13 134 520 132	104 091 385	104 091 385	0	94,2%

CONTROLO ORÇAMENTAL - RECEITA

(Valores em escudos)

Classificação económica		Previsões corrigidas	Recetas por cobrar no início do ano	Recetas liquidadas	Liquidações anuladas	Recetas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Recetas cobradas líquida	Recetas por cobrar no final do ano	Grau de execução orçamental das receitas (12-140/37-100)
Código	Descrição						Emittidos	Pagos			
Recetas Func. Normal											
03.01.	Taxas	3 000 000	1 318 250	2 548 016	0	2 548 016	0	0	2 548 016	1 318 250	84,9%
04.04.	Juros - Inst. Crédito	28 500 000	0	29 346 315	0	29 346 315	0	0	29 346 315	0	103,0%
05.02.	Transf. Orç. Estado	3 093 000 000	0	3 093 000 000	0	3 093 000 000	0	0	3 093 000 000	0	100,0%
05.07.	Sub. Exterior U. E.	542 000 000	220 829 923	484 175 834	0	483 922 587	0	0	483 922 587	231 083 170	89,3%
06.02.	Vendas Bens n/ Duradouros	46 000 000	88 511	46 159 181	0	35 309 571	0	0	35 309 571	10 938 121	76,8%
06.03.	Serviços	634 609 000	518 274 170	318 804 975	0	684 487 126	0	0	684 487 126	152 592 019	107,9%
07.	Out. Recetas Correntes	170 500 000	1 985 164	170 072 505	0	171 933 916	0	0	171 933 916	123 753	100,8%
	Total Rec. Func. Normal	4 517 609 000	752 496 018	4 144 106 826	0	4 500 547 531	0	0	4 500 547 531	396 655 313	99,6%
Recetas Investimento Plano											
05.02.	METE	20 100 000	0	20 100 000	0	20 100 000	0	0	20 100 000	0	100,0%
09.02.	Correntes - Orç. Estado	440 100 000	0	440 100 000	0	440 100 000	0	0	440 100 000	0	100,0%
	Subtotal 01	460 200 000	0	460 200 000	0	460 200 000	0	0	460 200 000	0	100,0%
05.02.	IOF	9 900 000	0	9 900 000	0	9 900 000	0	0	9 900 000	0	100,0%
09.02.	Correntes - Orç. Estado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
	Subtotal 02	9 900 000	0	9 900 000	0	9 900 000	0	0	9 900 000	0	100,0%
05.02.	METAINFORMAÇÃO	111 300 000	0	111 300 000	0	111 300 000	0	0	111 300 000	0	100,0%
09.02.	Correntes - Orç. Estado	30 000 000	0	30 000 000	0	30 000 000	0	0	30 000 000	0	100,0%
	Subtotal 03	141 300 000	0	141 300 000	0	141 300 000	0	0	141 300 000	0	100,0%
05.02.	ACT. AMOSTRA-MÃO	9 900 000	0	9 900 000	0	9 900 000	0	0	9 900 000	0	100,0%
09.02.	Correntes - Orç. Estado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
	Subtotal 04	9 900 000	0	9 900 000	0	9 900 000	0	0	9 900 000	0	100,0%
05.02.	COOPERAÇÃO	59 700 000	0	59 700 000	0	59 700 000	0	0	59 700 000	0	100,0%
09.02.	Correntes - Orç. Estado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
	Subtotal 05	59 700 000	0	59 700 000	0	59 700 000	0	0	59 700 000	0	100,0%
05.02.	DES. S. INF. EC. SOCIAL	1 993 400 000	0	1 918 140 000	0	1 918 140 000	0	0	1 918 140 000	0	96,2%
09.02.	Correntes - Orç. Estado	99 400 000	0	99 400 000	0	99 400 000	0	0	99 400 000	0	100,0%
	Subtotal 06	2 092 800 000	0	2 017 540 000	0	2 017 540 000	0	0	2 017 540 000	0	96,4%
05.02.	AMP. ED. SEDE INE	76 200 000	0	76 200 000	0	76 200 000	0	0	76 200 000	0	100,0%
09.02.	Correntes - Orç. Estado	297 800 000	0	160 000 000	0	160 000 000	0	0	160 000 000	0	53,7%
	Subtotal 07	374 000 000	0	236 200 000	0	236 200 000	0	0	236 200 000	0	63,2%
05.02.	RGA 1999	40 200 000	0	40 200 000	0	40 200 000	0	0	40 200 000	0	100,0%
09.02.	Correntes - Orç. Estado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
	Subtotal 08	40 200 000	0	40 200 000	0	40 200 000	0	0	40 200 000	0	100,0%
05.02.	INST. D. R. ALGARVE	20 400 000	0	20 400 000	0	20 400 000	0	0	20 400 000	0	100,0%
09.02.	Correntes - Orç. Estado	10 200 000	0	10 200 000	0	10 200 000	0	0	10 200 000	0	100,0%
	Subtotal 09	30 600 000	0	30 600 000	0	30 600 000	0	0	30 600 000	0	100,0%
05.02.	CONTAS NAC.-NOVO SEC	80 100 000	0	80 100 000	0	80 100 000	0	0	80 100 000	0	100,0%
09.02.	Correntes - Orç. Estado	9 900 000	0	9 900 000	0	9 900 000	0	0	9 900 000	0	100,0%
	Subtotal 10	90 000 000	0	90 000 000	0	90 000 000	0	0	90 000 000	0	100,0%
05.02.	CENSOS 2001	5 786 000 000	0	5 368 950 000	0	5 368 950 000	0	0	5 368 950 000	0	92,8%
09.02.	Correntes - Orç. Estado	320 400 000	0	252 710 000	0	252 710 000	0	0	252 710 000	0	78,9%
12.01	Capital - Orç. Estado	3 802 517	0	3 802 517	0	3 802 517	0	0	3 802 517	0	100,0%
	Subtotal 11	6 110 202 517	0	5 625 462 517	0	5 625 462 517	0	0	5 625 462 517	0	92,1%
	Total Rec. Invest. Plano	9 418 802 517	0	8 721 002 517	0	8 721 002 517	0	0	8 721 002 517	0	92,6%
	Total	13 936 411 517	752 496 018	12 865 109 343	0	13 221 550 048	0	0	13 221 550 048	396 655 313	94,9%

Relatório e Contas
2001

DEMONSTRAÇÃO
DOS FLUXOS
DE CAIXA



Instituto Nacional de Estatística

FLUXOS DE CAIXA

(Valores em escudos)

Código		Recebimentos		
Capítulo	Grupo			
		Saldo da gerência anterior		3 802 517
		Execução orçamental		20 407 139
		De dotações orçamentais (OE)-Censos 2001	20 407 139	
		De receitas próprias na posse do Serviço	0	
		De receita do Estado		- 19 009 107
		De operações de tesouraria		2 404 485
		Receitas		15 705 852 496
1		Dotações orçamentais (OE)		11 810 200 000
		Correntes/Orç. Funcionamento	3 093 000 000	
	05.02.01	Transf. Orçamento do Estado	3 093 000 000	
2		Correntes/PIDDAC	7 714 890 000	
		METIE (01)		
	05.02.01	Transf. Orçamento do Estado	20 100 000	
		IOF (02)		
	05.02.01	Transf. Orçamento do Estado	9 900 000	
		METAINFORMAÇÃO (03)		
	05.02.01	Transf. Orçamento do Estado	111 300 000	
		ACT. AMOSTRA-MÃE (04)		
	05.02.01	Transf. Orçamento do Estado	9 900 000	
		COOPERAÇÃO (05)		
	05.02.01	Transf. Orçamento do Estado	59 700 000	
		DES. SIST. INF. EC. SOCIAL (06)		
	05.02.01	Transf. Orçamento do Estado	1 918 140 000	
		AMP. ED. SEDE INE (07)		
	05.02.01	Transf. Orçamento do Estado	76 200 000	
		RGA 1999 (08)		
	05.02.01	Transf. Orçamento do Estado	40 200 000	
		INST. DIR REG. ALGARVE (09)		
	05.02.01	Transf. Orçamento do Estado	20 400 000	
		CONTAS NAC. NOVO SEC (10)		
	05.02.01	Transf. Orçamento do Estado	80 100 000	
		CENSOS 2001 (11)		
	05.02.01	Transf. Orçamento do Estado	5 368 950 000	
2		Capital/PIDDAC	1 002 310 000	
		METIE (01)		
	09.02.01	Transf. Orçamento do Estado	440 100 000	
		IOF (02)		
	09.02.01	Transf. Orçamento do Estado	0	
		METAINFORMAÇÃO (03)		
	09.02.01	Transf. Orçamento do Estado	30 000 000	
		ACT. AMOSTRA-MÃE (04)		
	09.02.01	Transf. Orçamento do Estado	0	
		COOPERAÇÃO (05)		
	09.02.01	Transf. Orçamento do Estado	0	
		DES. SIST. INF. EC. SOCIAL (06)		
	09.02.01	Transf. Orçamento do Estado	99 400 000	
		AMP. ED. SEDE INE (07)		
	09.02.01	Transf. Orçamento do Estado	160 000 000	
		RGA 1999 (08)		
	09.02.01	Transf. Orçamento do Estado	0	
		INST. DIR REG. ALGARVE (09)		
	09.02.01	Transf. Orçamento do Estado	10 200 000	
		CONTAS NAC. NOVO SEC (10)		
	09.02.01	Transf. Orçamento do Estado	9 900 000	
		CENSOS 2001 (11)		
	09.02.01	Transf. Orçamento do Estado	252 710 000	
1		Dotações orçamentais (Receitas Próprias)		1 407 547 531
		Receitas Próprias correntes	1 407 547 531	
	03.01	Taxas	2 548 016	
	04.04	Juros - Instituições Crédito	29 346 315	
	05.07	Transf. Exterior U. E.	483 922 587	
	06.02	Venda Bens não Duradouros	35 309 571	
	06.03	Serviços	684 487 126	
	07.01	Outras receitas correntes	171 933 916	
		Importâncias retidas para entrega ao Estado e O. Entidades:		2 488 104 965
		Receita do Estado:	2 102 796 344	
		IRS	853 666 697	
		IVA	55 922 347	
		Imposto do Selo	65 000	
		Segurança Social	1 193 142 300	
		Operações de Tesouraria:	385 308 621	
		Descontos ao pessoal	8 756 701	
		Adiantamentos a Fornecedores	0	
		Adiantamentos a pessoal	16 928 909	
		Adiantamentos com deslocações	339 313 407	
		Outras Operações de Tesouraria	20 309 604	
		Total		15 709 655 013

FLUXOS DE CAIXA

(Valores em escudos)

Código				
Capítulo	Grupo	Pagamentos		
1	01.01. 01.02. 01.03.	Despesas		15 625 968 072
		Despesas Orçamentais (OE)		11 726 972 602
		Correntes/Orç. Funcionamentu	3 093 000 000	
		Remunerações Certas e Permanente:	2 842 000 000	
2		Abonos Variáveis ou Eventuais:	0	
		Segurança Social	251 000 000	
		Correntes/PIDDAC	7 698 609 747	
		METIE (01)		
	01. 02.	Despesas com o pessoal	0	
		Aquisições bens/serviços corrente:	20 100 000	
		IOF (02)		
		Despesas com o pessoal	0	
	01. 02.	Aquisições bens/serviços corrente:	9 900 000	
		METAINFORMAÇÃO (03)		
		Despesas com o pessoal	90 900 000	
		Aquisições bens/serviços corrente:	20 400 000	
	01. 02.	ACT. AMOSTRA-MÃE (04)		
		Despesas com o pessoal	0	
		Aquisições bens/serviços corrente:	9 900 000	
		COOPERAÇÃO (05)		
	01. 02.	Despesas com o pessoal	0	
		Aquisições bens/serviços corrente:	59 700 000	
		DES. SIST. INF. EC. SOCIAL (06)		
		Despesas com o pessoal	215 441 910	
	01. 02.	Aquisições bens/serviços corrente:	1 686 417 836	
		AMP. ED. SEDE INE (07)		
		Despesas com o pessoal	0	
		Aquisições bens/serviços corrente:	76 200 000	
	01. 02.	RGA 1999 (08)		
		Despesas com o pessoal	0	
		Aquisições bens/serviços corrente:	40 200 000	
		INST. DIR REG. ALGARVE (09)		
	01. 02.	Despesas com o pessoal	0	
		Aquisições bens/serviços corrente:	20 400 000	
		CONTAS NAC. NOVO SEC (10)		
		Despesas com o pessoal	60 000 000	
	01. 02.	Aquisições bens/serviços corrente:	20 100 000	
		CENSOS 2001 (11)		
		Despesas com o pessoal	471 893 000	
		Aquisições bens/serviços corrente:	4 897 057 000	
2		Capital/PIDDAC	935 362 855	
		METIE (01)		
		Aquisições bens capital	440 100 000	
		IOF (02)		
	07.	Aquisições bens capital	0	
		METAINFORMAÇÃO (03)		
		Aquisições bens capital	30 000 000	
		ACT. AMOSTRA-MÃE (04)		
	07.	Aquisições bens capital	0	
		COOPERAÇÃO (05)		
		Aquisições bens capital	0	
		DES. SIST. INF. EC. SOCIAL (06)		
	07.	Aquisições bens capital	96 200 000	
		AMP. ED. SEDE INE (07)		
		Aquisições bens capital	92 450 338	
		RGA 1999 (08)		
	07.	Aquisições bens capital	0	
		INST. DIR REG. ALGARVE (09)		
		Aquisições bens capital	10 200 000	
		CONTAS NAC. NOVO SEC (10)		
	07.	Aquisições bens capital	9 900 000	
		CENSOS 2001 (11)		
		Aquisições bens capital	256 512 517	
1		Despesas orçamentais com compensação em receitas próprias e com ou sem transição do saldos		1 407 547 531
		Correntes	1 407 547 531	
		Remunerações Certas e Permanente:	590 511 990	
		Abonos Variáveis ou Eventuais:	181 144 940	
	01.01. 01.02. 01.03.	Segurança Social	635 890 601	
		Importâncias entregues ao Estado e O. Entidades		2 491 447 939
		Receita do Estado:	2 106 821 718	
		IRS	860 986 238	
		IVA	65 793 758	
		Imposto do Selc	64 000	
		Segurança Social	1 179 977 722	
		Operações de Tesouraria:	384 626 221	
		Descontos ao pessoal	8 555 455	
		Adiantamentos a Fornecedores:	346 410	
		Adiantamentos a pessoal	16 928 909	
		Adiantamentos com deslocação	338 056 035	
		Outras Operações de Tesouraria	20 739 412	
		Saldo para a Gerência seguinte		83 686 941
		Execução orçamenta		87 029 915
		De dot. orçamentais (OE):		
		Programa AMP. ED. SEDE INE	67 549 662	
		Programa DES. S. INF. EC. SOCIAL	19 480 253	
		De receitas próprias na posse do Serviço	0	
		De receita do Estado		- 4 025 374
		De operações de tesouraria		682 400
		Total		15 709 655 013

Relatório e Contas 2001

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Instituto Nacional de Estatística

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001**

(Montantes expressos em escudos)

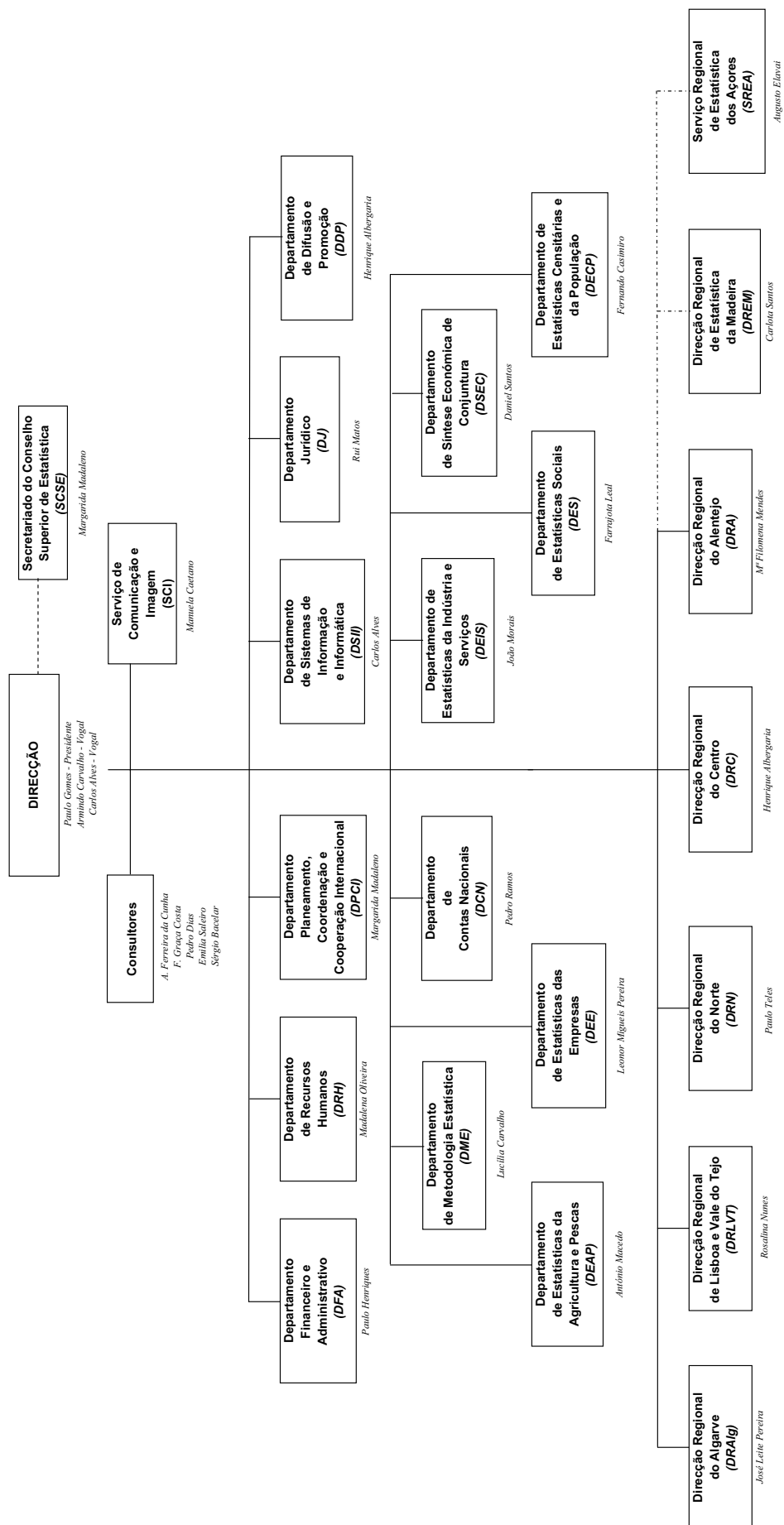
8.1 - CARACTERIZAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA**8.1.1 Identificação, regime financeiro e outros elementos**

O Instituto Nacional de Estatística (INE) é um Instituto Público dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio, com sede na Avenida de António José de Almeida, em Lisboa, tendo por objecto o exercício de funções de notação, apuramento, coordenação e difusão de dados estatísticos que interessem ao País.

8.1.2 Legislação aplicável

O INE foi criado pela Lei nº 1911, de 25 de Maio de 1935, data em que foram pela primeira vez estabelecidos os princípios básicos do Sistema Estatístico Nacional. Desde então, quer a lei orgânica do INE, quer os princípios básicos do Sistema Estatístico Nacional mantiveram-se praticamente inalterados não obstante se ter verificado a publicação de numerosos diplomas legais. Actualmente, é a Lei nº 6/89, de 15 de Abril, que estabelece as bases gerais do Sistema Estatístico Nacional e o Decreto-Lei nº 280/89, de 23 de Agosto, que publica os estatutos do INE.

8.1.3 Estrutura organizacional do INE e identificação dos responsáveis, à data de 31 de Dezembro de 2001:



8.1.4 Descrição sumária das actividades

Este ponto encontra-se devidamente desenvolvido no relatório do Conselho de Administração.

8.1.6 Organização contabilística

- (a) O INE dispõe de procedimentos contabilísticos adequados às suas necessidades, nomeadamente através do Manual de Planeamento e Controlo, Plano de Contas e de um adequado Sistema de Contabilidade Analítica e Orçamental.
- (b) A informação contabilística é disponibilizada mensalmente, no final da 1^a quinzena do mês seguinte a que se refere.
- (c) Os registos contabilísticos são revistos e controlados mensalmente através de análises dos balancetes, de extractos de contas correntes e de conciliações das contas bancárias.
- (d) São elaboradas mensalmente conciliações bancárias, tanto pela Tesouraria como pela Contabilidade Geral.
- (e) As contas de terceiros são analisadas mensalmente.
- (f) Existe inventário permanente para todas as existências.
- (g) São feitos inventários físicos no final de cada exercício, cabendo ao Departamento Financeiro e Administrativo emitir as devidas instruções.
- (h) Existe uma aplicação informática específica, onde se encontram cadastrados todos os bens do activo imobilizado.
- (i) Existe controlo orçamental, com periodicidade mensal e através de um adequado sistema de contabilidade analítica e orçamental.
- (j) O Serviço de Contabilidade elabora regularmente a informação contabilística seguinte:

Informação Trimestral:

Balanço;
Demonstração dos Resultados;

Informação Mensal:

Balancetes do Razão, geral e analítico;
Quadros do controlo orçamental de custos e proveitos, por natureza;
Quadros do controlo orçamental de custos e proveitos, por unidade orgânica;
Quadros do controlo orçamental de investimentos, por natureza.

8.1.5 Recursos Humanos, à data de 31 de Dezembro de 2001:

CATEGORIA	Nº	RELACÃO			DEPARTAMENTO																								
		JUR. EMPREGO			O.SOC	DPCI	SCI	DEAP	DEIS	DEE	DSEC	DES	DECP	DSII	DFA	DRH	DJ	DCN	DME	DDP	DRN	DRC	DRA	DRLVT	DRAg	CSE	GDINE		
		QUAD.	TERMO	REQ.																									
Pres./Vogais Executivos	3	3			3																								
Vogais N/ Executivos	2			2	2																								
Dir. Depart. e Dir. Regionais	16	10	1	5		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
Director Adjunto	3	3									1		1					1											
Chefes de Serviço	45	41		4		3	1	2	2	3	3	3	1	3	1	1	2	4	3	1	4	1	1	4	1	1	1	1	
Chefes de Serviço Adjunto	1	1																											
Chefes Secção/Coord. Nucleo	99	97	1	1		2	7	5	5	3	4			15	6	2	1	1	3	5	12	7	9	8	4				
Consultores	6	5		1	5								1																
Tec. Sup. Estatística	170	134	35	1	1	7	13	11	12	13	11	12						29	11	3	14	8	7	11	6	1			
Outros Tec. Superiores	26	26				3				1	1	1	1	1	1	5	1	1	2	3	3		1	2		1			
Adjuntos de Estatística	379	247	132			2	1	13	42	31	20	13	119	2	4		9	22	7	50	11	8	18	4	2	1			
Administrativos	55	47	8			1	2	1	1		5	1	1	2	8	4	2		1	1	6	5	6	7	1				
Outros Tec. Profissionais	96	81	15			6	3	3	1	4	2	2	3	3		2	1	1	3	13	11	11	8	15	3				
Apoio Geral	31	23	8			2		3					5	1	10		1		2	1	2								4
Tec. Sup. Informatica	45	35	10						1		1	1		26							10	4	2						
Tec. Prof. Informatica	41	41							13		1	1		17						1	1	2	2	3					
TOTALS	1 018	794	210	14	19	20	12	38	80	54	51	39	145	66	29	17	9	47	46	36	113	52	46	69	20	5	5		

8.1.7 Outra informação considerada relevante

- (a) Não existe órgão interno de auditoria.
- (b) Existem fundos fixos de caixa.
- (c) A maior parte das receitas cobradas são depositadas no mesmo dia. Excepcionalmente, podem transitar para o dia seguinte. Observa-se, ainda, para grandes montantes, transferências bancárias.
- (d) Os valores em caixa são controlados periodicamente, emitindo-se relatório discriminativo dos montantes existentes, por espécie. A periodicidade é semanal, em dia fixo, estando o controlo a cargo da chefia do Serviço Financeiro.
- (e) Existe centralização das compras. São realizadas através da Secção de Aprovisionamentos do Departamento Financeiro e Administrativo. Ocorrem, no entanto, situações pontuais de descentralização, especialmente a nível das Direcções Regionais, no que se refere à aquisição de bens e serviços de utilização local.
- (f) Todas as compras são conferidas e controladas nos actos de recepção.
- (g) Toda a facturação (recebida e emitida) é sistematicamente controlada pelos órgãos intervenientes.
- (h) Existência de separação e segregação das funções de facturação, de registo e de controlo das contas correntes.
- (i) As folhas de vencimentos e salários são supervisionadas por pessoas diferentes das que as elaboram.
- (j) Os bens e direitos do INE estão convenientemente salvaguardados, quer por práticas de controlo interno quer através de seguros patrimoniais.

8.2 - NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**8.2.1 Derrogações ao POCP**

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas, em todos os seus aspectos materiais, em conformidade com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) aprovado pelo Decreto-Lei nº 232/97, de 3 de Setembro.

A informação referente ao presente exercício é no seu todo comparável com a dos anos anteriores, apesar de, até 31 de Dezembro de 1999, o INE ter preparado as suas contas em conformidade com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade (POC) aprovado pelo Decreto-Lei nº 410/89, de 21 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

As notas às contas respeitam a ordem estabelecida pelo POCP, sendo de referir que os números não indicados neste Anexo não têm aplicação ou não são relevantes.

8.2.3 Principais políticas e critérios contabilísticos

(a) Especialização dos exercícios

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

(b) Vendas e prestações de serviços

Estas rubricas reflectem as receitas próprias do INE, provenientes das vendas de publicações e dos serviços prestados no âmbito dos diversos inquéritos realizados a pedido de entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras.

(c) Proveitos suplementares

Esta rubrica reflecte, essencialmente, os reembolsos de despesas efectuadas pelo INE no âmbito das acções de cooperação e os patrocínios.

(d) Subsídios à exploração e ao investimento

(di) Subsídios correntes obtidos - Orçamento de Funcionamento e PIDDAC

Todas as verbas oriundas do Orçamento Geral do Estado, no âmbito do Orçamento de Funcionamento e do PIDDAC, passaram a ser contabilizadas como proveitos no exercício a que dizem respeito, independentemente do seu recebimento.

Esta situação provocou a necessidade de reflectir, por Resultados transitados, os montantes referentes a exercícios passados e adopta-se, desta forma, um procedimento comum na contabilização de todos os proveitos.

Esta alteração de critério vai ao encontro do referido nos pareceres emitidos sobre as Contas de 2000, tendo por fundamento que o Orçamento do Estado deve ser visto como balanceador das necessidades de tesouraria do INE em cada exercício, sendo que algumas vezes essas necessidades não se traduzem em efectivos proveitos.

Assim, a especialização das transferências vindas do Orçamento do Estado far-se-ão tendo presente que:

- Todos os movimentos que originam movimentos de fundos concorrem para esta especialização; e
- Todos os movimentos que não originam movimentos de fundos são, inicialmente, financiados pelo Património.

Da adopção destas premissas poderemos constatar que o Resultado líquido

do exercício e que os Resultados transitados se limitam a traduzir:

- Constituição, reforços e/ou anulações de Provisões;
- Amortizações dos bens imobilizados, constantes do Balanço Inicial, à data de 28/8/1989;
- Valor das existências dos Produtos acabados; e
- Outras situações, sem expressão material e de difícil enumeração.

(dii) Outros subsídios

Os subsídios abaixo referidos são contabilizados em proveitos na proporção dos custos incorridos elegíveis:

- As contribuições financeiras provenientes de organismos da União Europeia, nomeadamente do Eurostat (Serviço de Estatística da Comissão Europeia), recebidas após a apresentação dos relatórios discriminativos dos custos incorridos (ver Nota 8.2.3 (h)); e
- As verbas provenientes das Comissões de Coordenação Regionais ao abrigo das candidaturas regionais aos fundos comunitários (ver Nota 8.2.3 (h)).

(diii) Subsídios ao investimento

Os subsídios ao investimento são reconhecidos em balanço na data da respectiva realização dos investimentos e são transferidos para proveitos durante o período de vida útil estimada do bem com que estão directamente relacionados, na proporção dos montantes das reintegrações contabilísticas.

(e) Imobilizações corpóreas e amortizações

Os bens do imobilizado corpóreo encontram-se registados ao custo de aquisição, com excepção dos edifícios e terrenos adquiridos antes de 28 de Agosto de 1989, os quais foram a essa data objecto de avaliação por parte de avaliador independente.

O INE não utilizou, no exercício, para efeitos de cálculo de amortizações do imobilizado corpóreo, a Portaria nº 671/2000 (2ª série), de 17 de Abril, pelo facto deste normativo não originar alterações patrimoniais significativas com impacto nas demonstrações financeiras.

Assim, o INE manteve o cálculo das amortizações do imobilizado corpóreo segundo o método das quotas constantes utilizando-se para o efeito as taxas fiscais máximas previstas no Decreto Regulamentar nº 2/90, de 12 de Janeiro.

Dentro de cada rubrica, foram praticadas taxas compreendidas nos intervalos a seguir referidos:

Edifícios e outras construções	2 % - 25 %
Equipamento básico	10 % - 25 %
Equipamento de transporte	25 %
Ferramentas e utensílios	10 % - 25 %
Equipamento administrativo	8,33 % - 25 %
Equipamento de informática	10 % - 33,33 %
Outras imobilizações corpóreas	10 % - 33,33 %

(f) Existências e provisões para depreciação de existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas pelo respectivo preço de aquisição. Como método de valorização das saídas é utilizado o preço médio.

Os produtos acabados e intermédios são valorizados ao preço de mercado, dado este ser inferior ao custo de produção.

A provisão para depreciação das existências tem por base de cálculo o ano de edição, uma vez que a procura recai sobre as publicações com dados mais recentes, utilizando-se as seguintes taxas:

- 95 % para publicações editadas há mais de 24 meses;
- 80 % para publicações editadas há mais de 12 e menos de 24 meses;
- 0 % para publicações editadas há menos de 12 meses.

Considera-se que a provisão assim calculada reflecte de forma adequada os riscos efectivos de perda possível.

(g) Provisão para cobranças duvidosas

A provisão para cobranças duvidosas tem por base de cálculo o prazo médio de recebimento, utilizando-se as seguintes taxas:

- 100 % para créditos em mora há mais de 24 meses;
- 50 % para créditos em mora há mais de 12 e menos de 24 meses;
- 0% para créditos em mora há menos de 12 meses.

O valor da provisão assim calculada é idêntico ao montante considerado necessário numa perspectiva de risco efectivo de cobrança.

(h) Acréscimos de proveitos

Esta rubrica representa, essencialmente, a especialização dos proveitos relacionados com:

- As contribuições financeiras provenientes da Comissão Europeia, em função da periodização dos custos elegíveis para efeitos de justificação da contribuição; e
- Os financiamentos a receber das Comissões de Coordenação Regionais no final de cada exercício, em função das despesas elegíveis para o período.

(i) Proveitos diferidos

Esta rubrica representa, essencialmente, a especialização:

- dos subsídios ao investimento e à exploração conforme descrito na Nota 8.2.3 acima; e
- da parte dos serviços prestados facturados e ainda não prestados (ver Nota 8.2.39 (b)).

(j) Contratos de locação financeira

O INE adopta o princípio da substância sobre a forma para a contabilização dos bens adquiridos em regime de locação financeira, conforme previsto no Plano Oficial de Contabilidade Pública, estando por isso estes bens registados no imobilizado e a respectiva responsabilidade pelo pagamento do capital no passivo (ver Nota 8.2.13).

(k) Efeitos da introdução do EURO

Os custos com a aquisição de imobilizado com vista à introdução do EURO são contabilizados nas respectivas rubricas do imobilizado e amortizados em conformidade com o descrito na Nota 8.2.3 (e) e os custos correntes são registados no exercício em que ocorrem.

(l) Complemento para Pensão de Reforma

Em 21 de Dezembro de 1999, o INE procedeu à constituição de um fundo de pensões fechado e de contribuição definida a favor dos seus empregados. Assim, as contribuições anuais ou extraordinárias que foram feitas para o fundo foram registadas em custos do exercício em que ocorreram. (ver Nota 8.2.39 (d)).

Em 30 de Abril de 2001, o fundo de pensões em análise foi alterado, tendo passado de contribuição definida, para benefícios definidos, sendo que tudo o resto se manteve, destacando-se a não existência de direitos adquiridos.

Dado que todos os serviços passados se encontravam cobertos, a entrega efectuada em 2001 foi registada em custos do exercício (ver Nota 8.2.39 (d)).

8.2.4 Cotações utilizadas

Cotação utilizada para conversão em moeda portuguesa das contas incluídas no Balanço originariamente expressas na moeda da União Europeia:

$$\text{EURO} = 200\$482$$

8.2.7 Movimentos no activo imobilizado (ver Nota 8.2.3 (e))**ACTIVO BRUTO**

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Saldo final
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos	3.068.086.325	0	0	0	3.068.086.325
Edifícios e outras construções	1.986.288.384	8.149.412	0	324.629.574	2.319.067.370
Equipamento básico	256.162.225	158.105	0	0	256.320.330
Equipamento de transporte	112.345.515	15.148.969	(30.057.454)	0	97.437.030
Ferramentas e utensílios	12.397.813	2.920.426	(32.189)	0	15.286.050
Equipamento administrativo	464.499.494	69.579.340	(6.795.768)	0	527.283.066
Equipamento de informática	3.730.290.769	519.533.167	(7.621.813)	178.598.799	4.420.800.922
Outras imobilizações corpóreas	60.098.088	27.713	0	0	60.125.801
Imobilizações em curso	366.660.270	272.432.417	0	(503.228.373)	135.864.314
Totais	10.056.828.883	887.949.549	(44.507.224)	0	10.900.271.208

AMORTIZAÇÕES

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Saldo final
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	458.553.052	58.258.146	0	0	516.811.198
Equipamento básico	136.173.686	27.715.759	0	0	163.889.445
Equipamento de transporte	53.051.962	21.067.662	(19.665.120)	0	54.454.504
Ferramentas e utensílios	9.329.616	889.801	(32.189)	0	10.187.228
Equipamento administrativo	320.659.282	38.156.837	(6.795.768)	0	352.020.351
Equipamento de informática	2.747.581.446	474.623.991	(5.997.946)	0	3.216.207.491
Outras imobilizações corpóreas	7.123.317	503.231	0	0	7.626.548
Totais	3.732.472.361	621.215.427	(32.491.023)	0	4.321.196.765

8.2.8 Mapa de reintegrações e amortizações (ver Nota 8.2.3 (e))

Encontra-se disponível no Departamento Financeiro e Administrativo deste Instituto a informação referente a este ponto, mas dado ser um documento muito extenso e como a informação global já se encontra devidamente detalhada nos quadros acima, optou-se por não incluir o mencionado mapa (ver Nota 8.2.7).

8.2.12 Outras informações relativas ao imobilizado (ver Nota 8.2.3 (e))

As imobilizações estão afectas, na totalidade, à actividade do INE.

Em 31 de Dezembro de 2001, o saldo da rubrica de Imobilizações em curso incluía os custos já incorridos com estudos e projectos referentes à remodelação do Edifício Sede do Instituto, no montante de 117.389.114 .

Os bens do imobilizado em poder de terceiros, constantes do Balanço em 31 de Dezembro de 2001, pertencem à rubrica equipamento de informática e encontram-se afectos às seguintes entidades:

Entidades	V. Aquisição	Amort. Acum.	V. Liq. Contab.
Serviço Regional de Estatística dos Açores	16.176.468	14.690.032	1.486.436
Direcção Regional de Estatística da Madeira	18.742.184	14.681.838	4.060.346
Direcções Regionais de Agricultura	20.741.623	18.147.274	2.594.349
Totais	55.660.275	47.519.144	8.141.131

8.2.13 Imobilizado em regime de Locação Financeira e ALD (ver Nota 8.2.3 (j))

Rubricas	Valores Contabilísticos		
	Aquisição	Amort. Acum.	Passivo
Activo:			
Equipamento de transporte	53.833.981	28.074.930	-
Passivo (Curto prazo):			
Fornecedores de imobilizado, c/c	-	-	12.392.653
Passivo (Médio e longo prazo):			
Fornecedores de imobilizado, c/c	-	-	14.445.446
Totais	53.833.981	28.074.930	26.838.099

8.2.24 Valores a pagar e a receber do pessoal

Em 31 de Dezembro de 2001 as responsabilidades assumidas com o pessoal ascendem a cerca de 673.716.343 (2000: 588.907.000) e correspondem às férias, subsídios de férias e respectivos encargos vencidos em 2001 e a pagar em 2002, encontrando-se registados em acréscimos de custos.

Em 31 de Dezembro de 2001 o valor a receber do pessoal ascende a 9.077.624 (2000: 10.129.785) e tem o seguinte desenvolvimento:

	2001	2000
Adiantamentos com cooperação	2.596.164	5.211.129
Adiantamentos com deslocações	6.481.460	4.909.456
Seguros de pessoal, c/c		9.200

8.2.29 Garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2001 existe uma garantia bancária no montante de 316.265.693, prestada ao 5º Bairro Fiscal de Lisboa, para fazer face ao descrito na Nota 8.2.31.

8.2.31 Movimento das provisões

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisões para cobranças duvidosas	4.067.141	0	(1.664.666)	2.402.475
Provisões para depreciação de existências	157.217.349	38.266.090	0	195.483.439
Subtotal	161.284.490	38.266.090	0	197.885.914
Provisões para riscos e encargos	470.828.314	255.189.425	0	726.017.739
Totais	632.112.804	293.455.515	0	923.903.653

As movimentações das contas de provisões para cobranças duvidosas e depreciação de existências são efectuadas de acordo com o referido nas Notas 8.2.3 (g) e 8.2.3 (f), respectivamente.

A provisão para riscos e encargos visa fazer face a:

(a) Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)

- Imposto em falta e respectivos juros compensatórios sobre facturas emitidas ao Eurostat, no período de Junho de 1992 a Setembro de 1995, pelo montante de 205.539.500, objecto de notificação em 1996 dos Serviços do IVA, sobre a qual foi prestada garantia bancária;
- Montantes de IVA que igualmente não foram liquidados nas facturas ao Eurostat, emitidas entre Outubro de 1995 e Dezembro de 1997; e
- Actualizações anuais de juros de mora e compensatórios referentes às situações acima descritas.

Adicionalmente, salienta-se que a não liquidação, pelo INE, de IVA sobre as facturas emitidas ao Eurostat deveu-se ao facto de esta entidade estar isenta de IVA. No entanto, no caso português esta isenção é obtida por via indirecta, razão pela qual este processo se encontra em litígio e pendente de decisão judicial.

(b) Imposto sobre o Rendimento (IRS)

- Imposto em falta referente ao período de Janeiro de 1997 a Dezembro de 1999, apurado na sequência de auditoria efectuada pela DGCI e cuja entrega já ocorreu em Janeiro de 2002. O montante em análise e porque se referia a exercícios passados, foi contabilizado pela conta de Resultados transitados;
- Estimativa do montante do imposto em falta referente ao período de Janeiro de 2000 a Dezembro de 2001, tendo essa estimativa sido realizada com base nos valores médios dos anos anteriores. O montante estimado, referente a 2000, foi, também, contabilizado através da conta de Resultados transitados; e

- Estimativa dos montantes referentes a juros e coimas decorrentes da situação acima descrita.

Adicionalmente, salienta-se que esta situação não foi possível de quantificar e reflectir no exercício passado, mas, no entanto, constava dos pareceres emitidos às Contas de 2000.

8.2.32 Movimentos ocorridos no exercício em rubricas de fundos próprios

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Património	4.164.576.296	0	0	4.164.576.296
Resultados transitados	(431.311.758)	1.233.923	(593.593.649)	(1.023.671.484)
Resultado líquido do exercício:				
2000	1.233.923	0	(1.233.923)	0
2001	0	0	(65.354.846)	(65.354.846)
Totais	3.734.498.461	1.233.923	(660.182.418)	3.075.549.966

As variações ocorridas por aplicação do resultado nas rubricas de capitais próprios têm origem em despacho específico do Ministro da Tutela, no âmbito do processo de aprovação das contas referentes ao exercício de 2000.

O saldo da rubrica Património, no montante de 4.164.576.296, corresponde à diferença que foi apurada com referência a 28 de Agosto de 1989, entre o valor do conjunto dos bens e direitos e das obrigações, determinados com base nos inventários, avaliações e registos disponíveis, à data da transformação do INE em Instituto Público.

O montante referente a Resultados transitados (redução) resulta do descrito nas Notas 8.2.3 (di) e 8.2.31 alínea b).

O Resultado líquido do exercício e em conformidade com o referido na Nota 8.2.3 (di), resulta dos seguintes factos:

Amortizações do exercício de bens não subsidiados	(17.250.000)
Constituição, aumentos e/ou reduções de Provisões	(102.969.553)
Variação da Produção	51.879.384
Outras situações	2.985.323

8.2.33 Demonstração do custo das matérias consumidas

Movimento de Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
Existências iniciais	22.378.123
Compras	60.403.979
Regularização de existências	99.474
Existências finais	(23.768.614)
Custos no exercício	59.112.962

8.2.34 Demonstração da variação de produção

Movimento de Produtos acabados e intermédios	
Existências finais	277.134.993
Existências iniciais	(225.255.609)
Aumentos no exercício	51.879.384

8.2.35 Repartição, por mercados, do valor líquido das vendas e das prestações de serviços

Rubricas	M. Interno	M. Externo	Total
Vendas	45.382.691	776.490	46.159.181
Prestações de serviços	187.020.326	6.275.084	193.295.410
Totais	232.403.017	7.051.574	239.454.591

8.2.37 Demonstração dos resultados financeiros

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2001	2000		2001	2000
681 - Juros suportados	1.858.284	1.914.143	781 - Juros obtidos	29.346.315	19.096.078
685 - Diferenças de câmbio desfavoráveis	34.466	157.540	785 - Diferenças de câmbio favoráveis	10.273	117
688 - Outros custos e perdas financeiros	1.828.242	2.980.111	786 - Descontos de pronto pagamento obtidos	0	0
Resultados financeiros	25.635.596	14.044.401			
	29.356.587	19.096.194		29.356.587	19.096.194

8.2.38 Demonstração dos resultados extraordinários

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2001	2000		2001	2000
692 - Dívidas incobráveis	297.081	983.969	792 - Recuperação de dívidas	0	0
693 - Perdas em existências	336.840	0	793 - Ganhos em existências	460.794	1.606.465
694 - Perdas em imobilizações	69.400	0	794 - Ganhos em imobilizações	13.307.388	4.624.114
695 - Multas e penalidades	25000	0	796 - Reduções de amortizações e provisões	1.664.666	0
697 - Correções relativas a exercícios anteriores (a)	14.635.107	9.531.591	797 - Correções relativas a exercícios anteriores (a)	78.879.378	11.261.216
698 - Outros custos e perdas extraordinários	28.491.221	243.368	798 - Outros proveitos e ganhos extraordinários (b)	606.475.835	492.876.439
Resultados extraordinários	656.933.411	499.609.306			
	700.788.061	510.368.234		700.788.061	510.368.234

(a) Os valores evidenciados em correções relativas a exercícios anteriores (ganhos e perdas) correspondem, essencialmente, à substituição de facturas, pelo mesmo valor, a pedido de clientes e a verba recebida referente a diferenças cambiais resultantes do fecho do Programa Comunitário PRINEST.

(b) A rubrica Outros proveitos e ganhos extraordinários inclui o montante de 605.560.260 (2000: 491.672.452) referente ao valor dos subsídios ao investimento transferido para proveitos, conforme descrito na Nota 8.2.3 (dii) (Ver também Nota 8.2.39 (b)).

8.2.39 Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

(a) Acréscimos de proveitos (ver Nota 8.2.3 (h))

Rubricas	2001	2000
Candidaturas Regionais	82.876.881	68.767.946
Comissão Europeia/Eurostat	419.580.251	609.658.961
Outros acréscimos de proveitos	11.061.874	57.818.362
Totais	513.519.006	736.245.269

(b) Proveitos diferidos (ver Nota 8.2.3 (i))

Rubricas	2001	2000
Subsídios anos seguintes (ver Nota 8.2.3 (dii))	70.749.662	0
Subsídios ao investimento (ver Nota 8.2.3 (dii))	2.880.524.430	2.610.151.342
Prestações de serviços	0	0
Comissão Europeia/Eurostat (ver Nota 8.2.3 (di))	24.347.875	17.795.426
Totais	2.975.621.967	2.627.946.768

A rubrica de subsídios ao investimento decompõe-se como segue, por contas do imobilizado:

Rubricas	2001	2000
Terrenos	69.733.333	71.333.333
Edifícios e outras construções	1.152.506.172	860.735.332
Equipamento básico	92.430.885	119.988.539
Equipamento de transporte	42.982.526	59.293.553
Ferramentas e utensílios	5.098.823	3.068.198
Equipamento administrativo	175.262.715	143.835.045
Equipamento informático	1.204.593.431	982.709.323
Outras imobilizações corpóreas	2.052.233	2.527.751
Imobilizações em curso	135.864.314	366.660.270
Totais	2.880.524.430	2.610.151.342

A variação no exercício de subsídios ao investimento é a seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2000	2.610.151.342
Reforço: PIDDAC	887.949.549
Valor transferido para proveitos do exercício (ver Notas 8.2.3 (dii) e 8.2.38)	(605.560.260)
Outras reduções, por abates	(12.016.201)
Saldo a 31 de Dezembro de 2001	2.880.524.430

(c) Transferências e subsídios correntes obtidos

O valor das transferências e dos subsídios correntes obtidos evidenciado na Demonstração dos resultados engloba montantes com origens diferenciadas (ver Nota 8.2.3 (di) e (dii)), como segue:

Rubricas	2001	2000
Orçamento de Funcionamento	3.093.000.000	2.877.000.000
Orçamento do PIDDAC	7.758.500.789	5.088.363.405
Prinest	0	103.291.729
Comissão Europeia/Eurostat	287.544.675	663.745.932
Candidaturas Regionais/Outros	128.162.012	184.481.358
Especialização de verbas do Orçamento do Estado	429.340.505	0
Totais	11.696.547.981	8.916.882.424

(d) Compromissos financeiros - Complementos para pensões de reforma

Conforme referido na Nota 8.2.3 (I), o INE constituiu um fundo de pensões a favor dos empregados com contrato sem termo que estejam ao seu serviço à data da idade normal da reforma, os quais têm direito ao valor acumulado do Fundo que lhes for atribuído anualmente.

O fundo de pensões, inicialmente, de contribuição definida, tinha uma contribuição anual prevista de 20.500.000, podendo, no entanto, existir contribuições extraordinárias. Em 2000 foram efectuadas duas contribuições, uma corrente de 20.500.000 (1999: 20.500.000) e outra extraordinária no valor de 289.612.000 (1999: 21.500.000), que foram registadas em custos com o pessoal.

Em 2001, dada a alteração mencionada na Nota 8.2.3 (I), o montante entregue, contabilizado em custos com o pessoal, foi de 40.557.059. Acresce, além do previsto para reformas por invalidez, que a reforma por velhice se aplica aos empregados no activo, que sejam reformados por velhice, sendo que os mesmos terão uma pensão vitalícia, pagável mensalmente, 12 vezes em cada ano e que corresponderá a 10% da remuneração base mensal líquida auferida à data da reforma.

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

(Valores em escudos)

Classificação económica		Dotações iniciais	Alterações orçamentais				Reposições abatidas aos pagamentos	Dotações corrigidas	Observações
Código	Descrição		Transferências de verbas entre rubricas		Créditos especiais	Modificações na redacção da rubrica			
			Reforços	Anulações					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+ +(6)+(-7)+(8)	(10)
	Desp. Func. Normal								
01.01.	Remun. certas permanentes	3 199 823 000	858 420 000	- 622 264 000	0	0	0	3 435 979 000	
01.02.	Ab. variáveis eventuais	85 000 000	117 900 000	- 16 500 000	0	0	0	186 400 000	
01.03.	Segurança social	839 786 000	101 464 000	- 46 020 000	0	0	0	895 230 000	
	Total Desp. Func. Normal	4 124 609 000	1 077 784 000	- 684 784 000	0	0	0	4 517 609 000	
	Desp. Investimentos Plano								
	METIE								
02.	Aq. bens serviços correntes	20 100 000	0	0	0	0	0	20 100 000	
07.	Aq. bens capital	440 100 000	0	0	0	0	0	440 100 000	
	Subtotal 01	460 200 000	0	0	0	0	0	460 200 000	
	IOF								
02.	Aq. bens serviços correntes	9 900 000	0	0	0	0	0	9 900 000	
	Subtotal 02	9 900 000	0	0	0	0	0	9 900 000	
	METAINFORMAÇÃO								
01.	Desp com o pessoal	90 900 000	1 050 000	- 1 050 000	0	0	0	90 900 000	
02.	Aq. bens serviços correntes	20 400 000	0	0	0	0	0	20 400 000	
07.	Aq. bens capital	30 000 000	0	0	0	0	0	30 000 000	
	Subtotal 03	141 300 000	1 050 000	- 1 050 000	0	0	0	141 300 000	
	ACT. AMOSTRA-MÃE								
02.	Aq. bens serviços correntes	9 900 000	0	0	0	0	0	9 900 000	
	Subtotal 04	9 900 000	0	0	0	0	0	9 900 000	
	COOPERAÇÃO								
02.	Aq. bens serviços correntes	59 700 000	0	0	0	0	0	59 700 000	
	Subtotal 05	59 700 000	0	0	0	0	0	59 700 000	
	DES. S. INF. EC. SOCIAL								
01.	Desp com o pessoal	335 100 000	134 000 000	- 258 900 000	0	0	0	210 200 000	
02.	Aq. bens serviços correntes	1 752 900 000	370 700 000	- 340 400 000	0	0	0	1 783 200 000	
07.	Aq. bens capital	4 800 000	127 000 000	- 32 400 000	0	0	0	99 400 000	
	Subtotal 06	2 092 800 000	631 700 000	- 631 700 000	0	0	0	2 092 800 000	
	AMPL. ED. SEDE INE								
02.	Aq. bens serviços correntes	76 200 000	0	0	0	0	0	76 200 000	
07.	Aq. bens capital	297 800 000	0	0	0	0	0	297 800 000	
	Subtotal 07	374 000 000	0	0	0	0	0	374 000 000	
	RGA 1999								
02.	Aq. bens serviços correntes	40 200 000	0	0	0	0	0	40 200 000	
	Subtotal 08	40 200 000	0	0	0	0	0	40 200 000	
	INST. D. R. ALGARVE								
02.	Aq. bens serviços correntes	20 400 000	0	0	0	0	0	20 400 000	
07.	Aq. bens capital	10 200 000	1 500 000	- 1 500 000	0	0	0	10 200 000	
	Subtotal 09	30 600 000	1 500 000	- 1 500 000	0	0	0	30 600 000	
	CONTAS NAC.-NOVO SEC								
01.	Desp com o pessoal	60 000 000	210 000	- 210 000	0	0	0	60 000 000	
02.	Aq. bens serviços correntes	20 100 000	0	0	0	0	0	20 100 000	
07.	Aq. bens capital	9 900 000	0	0	0	0	0	9 900 000	
	Subtotal 10	90 000 000	210 000	- 210 000	0	0	0	90 000 000	
	CENSOS 2001								
01.	Desp com o pessoal	95 400 000	457 367 000	- 9 374 000	0	0	0	543 393 000	
02.	Aq. bens serviços correntes	5 810 600 000	142 293 000	- 710 286 000	0	0	0	5 242 607 000	
07.	Aq. bens capital	200 400 000	123 802 517	0	0	0	0	324 202 517	
	Subtotal 11	6 106 400 000	723 462 517	- 719 660 000	0	0	0	6 110 202 517	
	Total Desp. Invest. Plano	9 415 000 000	1 357 922 517	- 1 354 120 000	0	0	0	9 418 802 517	
	Total	13 539 609 000	2 435 706 517	- 2 038 904 000	0	0	0	13 936 411 517	

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS - RECEITA

(Valores em escudos)

Classificação económica		Previsões iniciais	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas	Observações
Código	Descrição		Créditos especiais	Reforços	Anulações		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)+(5)-(6)	(8)
	Receitas Func. Normal						
03.01.	Taxas	5 000 000	0	0	- 2 000 000	3 000 000	
04.04.	Juros - Inst. Crédito	10 000 000	0	18 500 000	0	28 500 000	
05.02.	Tranf. Orç. Estado	2 700 000 000	0	852 000 000	- 459 000 000	3 093 000 000	
05.07.	Sub. Exterior U. E.	350 000 000	0	192 000 000	0	542 000 000	
06.02.	Vendas Bens n/ Duradouros	62 000 000	0	0	- 16 000 000	46 000 000	
06.03.	Serviços	904 609 000	0	0	- 270 000 000	634 609 000	
07.	Out. Receitas Correntes	93 000 000	0	77 500 000	0	170 500 000	
	Total Rec. Func. Normal	4 124 609 000	0	1 140 000 000	- 747 000 000	4 517 609 000	
	Receitas Investimento Plano						
	METIE						
05.02.	Correntes - Orç. Estado	20 100 000	0	0	0	20 100 000	
09.02.	Capital - Orç. Estado	440 100 000	0	0	0	440 100 000	
	Subtotal 01	460 200 000	0	0	0	460 200 000	
	IOF						
05.02.	Correntes - Orç. Estado	9 900 000	0	0	0	9 900 000	
09.02.	Capital - Orç. Estado	0	0	0	0	0	
	Subtotal 02	9 900 000	0	0	0	9 900 000	
	METAINFORMAÇÃO						
05.02.	Correntes - Orç. Estado	111 300 000	0	0	0	111 300 000	
09.02.	Capital - Orç. Estado	30 000 000	0	0	0	30 000 000	
	Subtotal 03	141 300 000	0	0	0	141 300 000	
	ACT. AMOSTRA-MÃE						
05.02.	Correntes - Orç. Estado	9 900 000	0	0	0	9 900 000	
09.02.	Capital - Orç. Estado	0	0	0	0	0	
	Subtotal 04	9 900 000	0	0	0	9 900 000	
	COOPERAÇÃO						
05.02.	Correntes - Orç. Estado	59 700 000	0	0	0	59 700 000	
09.02.	Capital - Orç. Estado	0	0	0	0	0	
	Subtotal 05	59 700 000	0	0	0	59 700 000	
	DES. S. INF. EC. SOCIAL						
05.02.	Correntes - Orç. Estado	2 088 000 000	0	31 200 000	- 125 800 000	1 993 400 000	
09.02.	Capital - Orç. Estado	4 800 000	0	125 800 000	- 31 200 000	99 400 000	
	Subtotal 06	2 092 800 000	0	157 000 000	- 157 000 000	2 092 800 000	
	AMP. ED. SEDE INE						
05.02.	Correntes - Orç. Estado	76 200 000	0	0	0	76 200 000	
09.02.	Capital - Orç. Estado	297 800 000	0	0	0	297 800 000	
	Subtotal 07	374 000 000	0	0	0	374 000 000	
	RGA 1999						
05.02.	Correntes - Orç. Estado	40 200 000	0	0	0	40 200 000	
09.02.	Capital - Orç. Estado	0	0	0	0	0	
	Subtotal 08	40 200 000	0	0	0	40 200 000	
	INST. D. R. ALGARVE						
05.02.	Correntes - Orç. Estado	20 400 000	0	0	0	20 400 000	
09.02.	Capital - Orç. Estado	10 200 000	0	0	0	10 200 000	
	Subtotal 09	30 600 000	0	0	0	30 600 000	
	CONTAS NAC.-NOVO SEC						
05.02.	Correntes - Orç. Estado	80 100 000	0	0	0	80 100 000	
09.02.	Capital - Orç. Estado	9 900 000	0	0	0	9 900 000	
	Subtotal 10	90 000 000	0	0	0	90 000 000	
	CENSOS 2001						
05.02.	Correntes - Orç. Estado	5 906 000 000	0	0	- 120 000 000	5 786 000 000	
09.02.	Capital - Orç. Estado	200 400 000	0	120 000 000	0	320 400 000	
12.01	Capital - Outras	0	0	3 802 517	0	3 802 517	
	Subtotal 11	6 106 400 000	0	123 802 517	- 120 000 000	6 110 202 517	
	Total Rec. Invest. Plano	9 415 000 000	0	280 802 517	- 277 000 000	9 418 802 517	
	Total	13 539 609 000	0	1 420 802 517	- 1 024 000 000	13 936 411 517	

EXECUÇÃO DE PROGRAMAS E PROJECTOS DE INVESTIMENTO

Programas/projetos		Fontes de financiamento	Programas/projetos iniciados em exercícios anteriores						Programas/projetos iniciados no exercício				Execução do ano	Exercícios futuros (financiamentos previstos) (b)	
Código	Designação		Previsões ajustadas		Financiamento		Execução		Previsões ajustadas		Financiamento				
			Componente anual (5)	Valor global (6)	Componente anual (7)	Valor global (8)	De anos anteriores (9)	Do ano (10)	Componente anual (11)	Valor global (12)	Componente anual (13)	Valor global (14)			
(1)	(2)	(4)	(3)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)
01	METIE	PIDDAC		460.200.000	1.642.581.000	460.200.000	1.642.581.000	1.182.381.000	460.200.000	0	0	0	0	460.200.000	0
02	IOF	PIDDAC		9.900.000	1.915.540.000	9.900.000	1.915.540.000	1.905.640.000	9.900.000	0	0	0	0	9.900.000	0
03	METAINFORMAÇÃO	PIDDAC		141.300.000	617.533.000	141.300.000	617.533.000	476.233.000	141.300.000	0	0	0	0	141.300.000	0
04	ACT. AMOSTRA-MÃE	PIDDAC		9.900.000	177.100.000	9.900.000	177.100.000	167.200.000	9.900.000	0	0	0	0	9.900.000	0
05	COOPERAÇÃO	PIDDAC		59.700.000	133.300.000	59.700.000	133.300.000	73.600.000	59.700.000	0	0	0	0	59.700.000	0
06	DES. SIST INF. EC. SOCIAL	PIDDAC		0	0	0	0	0	0	2.092.800.000	12.992.800.000	2.017.540.000	12.917.540.000	1.998.059.746	10.900.000.000
07	AMPL. ED. SEDE INE	PIDDAC		374.000.000	5.299.900.000	236.200.000	5.299.900.000	401.249.662	168.650.338	0	0	0	0	168.650.338	4.730.000.000
08	RGA 1999	PIDDAC		40.200.000	3.013.888.000	40.200.000	3.013.888.000	2.973.688.000	40.200.000	0	0	0	0	40.200.000	0
09	INST. D. R. ALGARVE	PIDDAC		30.600.000	270.960.000	30.600.000	270.960.000	240.360.000	30.600.000	0	0	0	0	30.600.000	0
10	CONTAS NAC.-NOVO SEC	PIDDAC		90.000.000	451.638.000	90.000.000	451.638.000	361.638.000	90.000.000	0	0	0	0	90.000.000	0
11	CENSOS 2001	PIDDAC		6.106.400.000	7.952.574.000	5.621.660.000	7.952.574.000	616.594.000	5.621.660.000	0	0	0	0	5.621.660.000	820.000
TOTAL		-		7.322.200.000	21.475.014.000	6.699.660.000	21.475.014.000	8.398.583.662	6.632.110.338	2.092.800.000	12.992.800.000	2.017.540.000	12.917.540.000	8.630.170.084	15.630.820.000

Observações:

- a) Os montantes considerados nesta coluna têm como referência o ano de 1998, uma vez não existir, para todos os Programas/Projectos, informação disponível e de fácil acesso desde o seu início.
- b) Os montantes inscritos nesta coluna têm por base a informação retida das fichas de caracterização dos Programas/Projectos aquando da preparação do PIDDAC. O ano de referência é o seguinte ao da elaboração do Relatório e Contas.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - RECEITA

(Valores em escudos)

Disposições legais (1)	Transferências orçamentadas (2)	Transferências obtidas (3)
Lei do Orçamento de Estado para 2001 - Orç.Funcionamento	2.700.000.000	2.700.000.000
Recurso Dotação Provisional - Orç.Funcionamento	393.000.000	393.000.000
Lei do Orçamento de Estado para 2001 - CAPº 50º (PIDDAC)		
Programa 01 - METIE	20.100.000	20.100.000
Programa 02 - IOF	9.900.000	9.900.000
Programa 03 - METAINFORMAÇÃO	111.300.000	111.300.000
Programa 04 - ACT. AMOSTRA-MÃE	9.900.000	9.900.000
Programa 05 - COOPERAÇÃO	59.700.000	59.700.000
Programa 06 - DES. S. INF. EC. SOCIAL	2.088.000.000	1.918.140.000
Programa 07 - AMPLIAÇÃO ED. SEDE INE	76.200.000	76.200.000
Programa 08 - RGA 1999	40.200.000	40.200.000
Programa 09 - INST. DIR. R. ALGARVE	20.400.000	20.400.000
Programa 10 - CONTAS NAC.-NOVO SEC	80.100.000	80.100.000
Programa 11 - CENSOS 2001	5.906.000.000	5.368.950.000
TOTAL	11.514.800.000	10.807.890.000

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL - RECEITA

(Valores em escudos)

Disposições legais (1)	Transferências orçamentadas (2)	Transferências obtidas (3)
Lei do Orçamento de Estado para 2001 - CAPº 50º (PIDDAC)		
Programa 01 - METIE	440.100.000	440.100.000
Programa 02 - IOF	0	0
Programa 03 - METAINFORMAÇÃO	30.000.000	30.000.000
Programa 04 - ACT. AMOSTRA-MÃE	0	0
Programa 05 - COOPERAÇÃO	0	0
Programa 06 - DES. S. INF. EC. SOCIAL	4.800.000	99.400.000
Programa 07 - AMPLIAÇÃO ED. SEDE INE	297.800.000	160.000.000
Programa 08 - RGA 1999	0	0
Programa 09 - INST. DIR. R. ALGARVE	10.200.000	10.200.000
Programa 10 - CONTAS NAC.-NOVO SEC	9.900.000	9.900.000
Programa 11 - CENSOS 2001	200.400.000	252.710.000
TOTAL	993.200.000	1.002.310.000

SUBSÍDIOS OBTIDOS

(Valores em escudos)

Disposições legais (1)	Finalidade (2)	Subsídios recebidos (3)	Subsídios previstos e não recebidos (4)
Subvenções com o EUROSTAT	Apoio de projectos para obtenção de informação estatística harmonizada entre Estados Membros	483.922.587	231.083.170
Subvenções com a CCRNorte	Financiar projectos para obtenção de informação estatística ao nível regional	89.541.391	69.216.461
Subvenções com a CCRCentro	Financiar projectos para obtenção de informação estatística ao nível regional	0	0
Subvenções com a CCRLisboa Vale Tejo	Financiar projectos para obtenção de informação estatística ao nível regional	0	10.821.953
Subvenções com a CCRAAlentejo	Financiar projectos para obtenção de informação estatística ao nível regional	0	0
Subvenções com a CCRAAlgarve	Financiar projectos para obtenção de informação estatística ao nível regional	1.045.074	2.838.467
Subvenção com o M. Ciência e Tecnologia	Financiar projecto com vista à disponibilização de informação de interesse para o MCT	50.000.000	0
Subvenções no âmbito da Cooperação	Financiar acções de cooperação no âmbito de determinados projectos estatísticos	23.466.612	0
TOTAL		647.975.664	313.960.051

Relatório e Contas 2001

PARECER DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO



Instituto Nacional de Estatística

PARECER DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

Para os efeitos da alínea b) do artigo 14º do Decreto-Lei nº 280/89, de 23 de Agosto, procedemos à verificação da informação do exercício de 2001 do Instituto Nacional de Estatística, a qual inclui: o Relatório de Gestão, o Balanço referente a 31 de Dezembro de 2001, a Demonstração dos resultados e os Mapas de execução orçamental do ano então findo e o respectivo Anexo, mapas financeiros que evidenciam um total de balanço de 7.666.687 contos e um total de capital próprio de 3.075.550 contos, incluindo um resultado líquido negativo de 65.355 contos.

É da responsabilidade do Conselho de Administração do Instituto Nacional de Estatística:

- A preparação de informação financeira histórica de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites;
- A adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; e
- A manutenção de um sistema de controlo interno adequados.

O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação acima referida não é incompleta nem contém distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado, na medida do aplicável, com base nas normas de auditoria geralmente aceites, e planeado de acordo com aquele objectivo e consistiu principalmente em indagações e procedimentos analíticos destinados a avaliar:

- Se as asserções do Conselho de Administração constantes da informação financeira são aceitáveis;
- Se as políticas contabilísticas adoptadas são adequadas, tendo em conta as circunstâncias, e foram consistentemente aplicadas;
- Se a apresentação da informação é adequada.

Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do nosso parecer sobre a informação referida ao exercício de 2001.

Da análise que efectuámos às demonstrações financeiras de 2001 numa perspectiva de execução orçamental salientamos os seguintes aspectos:

- As despesas de exploração ascenderam a 12.836.944 contos. Tal como em anos anteriores a componente mais significativa é a relativa a custos com o pessoal a qual atingiu o montante de 5.417.247 contos, registando um aumento, face ao verificado em 2000, de cerca de 602.065 contos, ou seja, 12,5 %. No entanto, é de salientar que para este crescimento concorreu o recurso a pessoal contratado a termo certo por forma a viabilizar toda a digitalização dos dados referentes à operação estatística CENSOS 2001, tendo a maioria deste pessoal desempenhado funções no decurso de 2º semestre do ano em análise.
- As despesas de investimento aproximaram-se dos 888 milhares de contos, montante inferior ao valor orçamentado em cerca de 8,7%. No exercício em apreço os investimentos realizados continuaram a concentrar-se na área da informática, com cerca de 715 milhares de contos, para o qual contribuíram as aquisições de material informático e de software por forma a garantir a realização dos Censos 2001, sendo, também significativo a componente relativa a edifícios e outras construções que atingiram os 85 milhares de contos.
- Relativamente às receitas referimos que as prestações de serviços e subvenções atingiram, neste exercício, o montante 609 milhares de contos, situação muito abaixo do valor do ano anterior, mas cujo valor está acima do orçamentado e dentro dos valores normais de realização. É de salientar que foi autorizado o recurso à dotação provisional no valor de 393.000 contos. Ainda de realçar que a maior parte do desvio é explicado pelo congelamento sobre a dotação inicial do PIDDAC de 697.800 contos.

A síntese comparativa da execução orçamental é a seguinte:

Unid: milhares de escudos

	Orçamento	Realizado	Desvio
Receitas	13.359.157	12.594.713	-764.444
Prestação de Serviços e Subvenções	543.273	609.002	65.729
Vendas	57.497	46.159	-11.338
Orç. Administração Central (OF + PIDDAC)	12.620.312	11.810.200	-810.112
Outros Proveitos Suplementares e Financeiros	138.075	129.352	-8.723
Despesas	13.600.117	13.724.894	124.777
Orçamento de Exploração	12.627.217	12.836.944	209.727
Orçamento de Investimento	972.900	887.950	-84.950

Relativamente às demonstrações financeiras do exercício, com base no trabalho que efectuámos, nenhum assunto chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do exercício findo em 31 de Dezembro de 2001 contém distorções que afectem de forma

materialmente relevante a sua conformidade com os princípios de contabilidade geralmente aceites, pelo que emitimos parecer favorável ao relatório e contas do exercício de 2001, bem como à proposta de aplicação do resultado subscrita pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 10 de Maio de 2002

A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

Mário Alberto Duarte Donas
Presidente

João Vítor Albuquerque Freire
Vogal e ROC

